

COMUNICADO

Em conformidade com a Lei Complementar nº 846, de 04-6-1998

Balço Patrimonial - Instituto Sócrates Guanaes - ISG - Hospital Regional de São José dos Campos "Dr. Rubens Savastano"

Instituto Sócrates Guanaes - ISG/HRSJC HRSJC - Hospital Regional de São José dos Campos "Dr. Rubens Savastano"

CNPJ nº 03.969.808/0010-60

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

Balço Patrimonial - Em 31 de dezembro de 2020 e 2021 (Em reais)							
	Nota	2021	2020		Nota	2021	2020
Ativo Circulante		15.245.535,62	12.532.103,84	Passivo Circulante		15.281.853,87	12.466.489,85
Caixa e equivalentes de caixa	4	70.795,16	4.087.339,05	Fornecedores	11	8.638.110,49	6.328.333,74
Contratos de gestão e convênios	5	12.803.580,50	4.709.690,71	Salários e encargos sociais	12	5.961.166,59	5.378.959,21
Outros Créditos	6	228.161,97	233.226,84	Obrigações tributárias	13	682.576,79	638.535,65
Estoques	7	1.806.558,10	3.183.475,90	Outros passivos	14	-	120.661,25
Despesas Antecipadas	8	336.439,89	318.371,34	Não Circulante		350.211,90	65.613,99
Não Circulante		386.530,15	-	Partes relacionadas	9	248.724,26	-
Partes relacionadas	9	386.530,15	-	Contingências Trabalhistas	15	101.487,64	65.613,99
Total do ativo		15.632.065,77	12.532.103,84	Total do passivo		15.632.065,77	12.532.103,84
Ativo compensado	10	3.006.174,56	3.006.174,56	Passivo compensado	10	3.006.174,56	3.006.174,56
Total do ativo e do ativo compensado		18.638.240,33	15.538.278,40	Total do passivo, patrimônio líquido e passivo compensado		18.638.240,33	15.538.278,40

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Em 31 de dezembro de 2020 e 2021 (Em reais)					
Sem movimento					
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis - Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2021 (Em reais)					

1. Contexto operacional: O Instituto Sócrates Guanaes - ISG é uma Associação Civil, de direito privado, sem fins lucrativos e econômicos, qualificada como Organização Social, fundada em 13 de julho de 2000, com sede e foro em Salvador, Estado da Bahia, e tem por objetivo a realização de atividades ligadas à promoção e participação ativa nas ações de ensino e pesquisa, promoção e desenvolvimento de tecnologia em gestão voltada para valorização da ética e princípios humanísticos vinculados à medicina e outras áreas da saúde. Especializada em gestão de serviços de saúde seja ela pública ou privada, utilizando-se de técnicas inovadoras de gestão e equipe altamente qualificada, vem transformando a realidade de atendimento à saúde por onde passa. O Governo do Estado de São Paulo, mais especificamente a SES-SP - Secretaria Estadual de Saúde de São Paulo, com intuito de aperfeiçoar o atendimento prestado aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) garantindo ao usuário qualidade na assistência em suas unidades, aderiu ao modelo de terceirização da gestão de saúde, atribuindo esta função às OSS - Organizações Sociais ligadas à Saúde. Com isso, o ISG foi convidado a fazer parte de nova metodologia de gestão de saúde implantada pelo Governo de São Paulo, sendo escolhido em processo licitatório para administrar uma das mais importantes unidades de saúde do estado, o HRSJC - Hospital Regional de São José dos Campos, localizado na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo. Por meio do Conselho deliberativo do ISG Sede, foi criada uma Filial ISG no local, justamente para aplicar as metodologias de gestão na unidade HRSJC, atendendo inicialmente as regras definidas no contrato de gestão nº 001.005.000038/2017, e seus respectivos termos aditivos. **2. Base de preparação: 2.1. Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC:** As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), consubstanciadas, principalmente, no que tange à Interpretação Técnica ITG 2002 (R1), aplicáveis às Entidades sem finalidade de lucros, aprovada pela Resolução CFC 1.409/2012, na Norma Brasileira de Contabilidade TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais, aprovada pela Resolução CFC 1.305/2010, cujas sínteses estão demonstradas a seguir. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, sendo que os ativos e passivos financeiros estão mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo, nos casos aplicáveis. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Instituto. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e custos/despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. **3. Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis. **3.1. Instrumentos financeiros: a) Ativos financeiros não derivativos:** O Instituto tem como ativos financeiros não derivativos caixa e equivalentes que são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Caixa e equivalentes de caixa estão representados por saldos de bancos e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com prazos de vencimentos inferiores a 90 dias, que são prontamente conversíveis em numerário. O valor de recebíveis de contratos de gestão, são recursos com restrição em detrimento de cláusulas contratuais e refere-se a valores já aplicados às atividades sociais do Instituto (custos e/ou despesas - regime de competência), para os quais ainda não houve a contrapartida da subvenção, que devem ser realizadas nos primeiros meses de 2022, conforme previsto no Contrato de Gestão nº 001.005.000038/2017, e seus respectivos termos aditivos. **b) Passivos financeiros não derivativos:** Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Em 31 de dezembro de 2021, os passivos financeiros não derivativos do Instituto estavam representados por fornecedores, impostos, contribuições e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são registrados pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. **3.2. Ativo imobilizado: a) Reconhecimento e mensuração:** O Instituto Sócrates Guanaes, por meio do contrato de gestão nº 001.005.000038/2017, e seus respectivos termos aditivos, administra o Hospital Regional São José dos Campos - HRSJC e todos os bens cedidos e/ou adquiridos com recursos do contrato, caso existam. Pelo novo entendimento à regra contábil, esses bens deixam de ser registrados no imobilizado e no intangível. O contrato de gestão define que tais bens são do Estado e que ao final do contrato estes serão devolvidos a Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo - SES-SP. Os bens adquiridos no decurso do exercício, caso existam, passaram a ser registrados em contas de controle "contas de compensação". Estes bens, por sua vez, continuam, apenas, sendo registrados pelo custo histórico de aquisição. **b) Depreciação:** A depreciação, cuja regra define que deve ser calculada pela estimativa de vida útil, caso existam, deixa de ser aplicada aos bens adquiridos com recursos do contrato de gestão, em virtude de estes não serem de propriedade do Instituto Sócrates Guanaes, mas, sim, do Estado de São Paulo. **3.3. Redução ao valor recuperável ("impairment"):** O valor contábil do ativo imobilizado, quando existente, é revisto a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Contudo em virtude do novo entendimento à regra contábil, os bens adquiridos com recursos do contrato de gestão nº 001.005.000038/2017, e seus respectivos termos aditivos, deixam de ser registrados no imobilizado e no intangível do Instituto, conforme informado no item 3.2 acima descrito. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Não houve indicação de perda no valor recuperável dos valores contábeis do ativo imobilizado do Instituto em 31 de dezembro de 2021. **3.4. Estoques:** Os estoques, quando existentes, são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação dos estoques, usando-se o custo médio ponderado móvel e, em geral, compreendem os insumos de utilização na operação do Instituto (materiais hospitalares, medicamentos, materiais de consumo etc.). **3.5. Patrimônio Líquido:** O Instituto aplica integralmente, na forma da legislação aplicável, seus recursos na manutenção de seus objetivos. **3.6. Apuração do resultado:** As receitas e custos/despesas são reconhecidas, mensalmente, respeitando os princípios Fundamentais de Contabilidade, em especial os Princípios da Oportunidade e da Competência. No que se refere às subvenções para custeio e investimento, estas são apropriadas em

5. Demonstrativo do Contrato de Gestão

Ano	Meses	Período de Execução	Subvenção Recebida (+)	Rendimento aplicação (+)	Custo Imob. Anterior (-)	Outras Receitas (+)	Reconh. Custo de Glosa e Ajustes (-)	Custos Reais (-)	Saldo Sub. a Executar (Passivo) ou a Receber (Ativo) Previsão Anual	Saldo Acum. Sub. a Receber Conforme Cronograma Anual	Saldo Acumulado de Subvenção a Receber ou Dólar (Neg.)	Saldo Sub. Acumulada a Executar (Pos.) ou Dólar (Neg.)		
													Valor do Contrato/Aditivo	Receber
2017	1	11/12/2017 a 31/12/2017	1.100.667,62	122,32	-	-	-	-	1.100.789,94	1.100.667,62	- 431.848.391,30	430.747.723,68	431.848.513,62	
2018	12	01/01/2018 a 31/12/2018	54.798.159,68	288.810,05	-	173.612,21	-	62.482.571,20	(6.121.199,32)	54.798.159,68	0,17	- 375.949.564,00	369.828.364,68	
2019	12	01/01/2019 a 31/12/2019	101.829.000,00	85.495,88	31.199,93	81.605,63	(530.943,87)	107.118.735,82	(10.744.089,69)	101.829.000,00	0,17	5.841.877,32	279.962.441,32	269.218.351,63
2020	12	01/01/2020 a 31/12/2020	113.336.328,00	78.992,22	-	258.629,53	-	107.639.550,77	(4.709.690,71)	113.336.328,00	0,17	17.349.205,32	183.975.318,64	179.265.627,93
2021	12	01/01/2021 a 31/12/2021	101.571.344,00	71.119,61	-	369.921,37	(19.305,00)	110.125.579,77	(12.803.580,50)	101.571.344,00	0,17	5.584.221,32	87.988.195,96	75.184.615,46

Os valores apresentados nesse demonstrativo referem-se às parcelas a serem executadas, previstas no Contrato de Gestão nº 001.005.000038/2017, e seus respectivos termos aditivos, firmado entre a SES-SP - Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo e o Instituto, para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde no HRSJC, em São José dos Campos - SP. Conforme descrito na coluna "Saldo Sub. a Executar (Passivo) ou a Receber (Ativo)" no valor de R\$ 12.803 milhões, refere-se a valores já aplicados às atividades sociais do Instituto (custos e/ou despesas - regime de competência), para os quais ainda não houve a contrapartida da subvenção, que devem ser realizadas nos primeiros meses de 2022, conforme previsto no Contrato de Gestão nº 001.005.000038/2017 ISG-HRSJC, e seus respectivos termos aditivos. Conforme descrito na coluna "Saldo Acumulado de Subvenção a Receber" e levando em consideração a previsão descrita no Contrato de Gestão, e demais aditivos, o valor global a ser repassado a título de Subvenções em 31/12/2021 é de R\$ 87.988 milhões até a conclusão do contrato (prevista para 11/12/2022). Conforme descrito na coluna "Saldo Sub. Acumulada a Executar (Pos.) ou Dólar (Neg.)" a Entidade possui o saldo de R\$ 75.184 milhões para o reconhecimento da receita, tendo como contrapartida os custos/despesas equivalentes, limitando-se ao valor do lastro contratual.

	2021	2020
6. Outros Créditos		
Adiantamentos a fornecedores	67.843,16	63.933,16
Outros Adiantamentos	42,91	0,00
Créditos de Empregados (i)	155.556,92	164.600,50
Impostos e Contribuições a Recuperar	4.718,98	4.693,13
	228.161,97	233.226,84

(i) Refere-se à antecipação de Férias de colaboradores, conforme preceitos da legislação trabalhista. **7. Estoques:** Em 31 de dezembro de 2021, o estoque apresenta o saldo de R\$ 1.806.558,10 e está apresentado pelo valor de custo médio de aquisição.

	2021	2020
Estoques	1.707.759,26	2.124.711,34
Compras a Devolver/Cancelar	43.542,45	1.058.764,56
Estoques em Poder de Terceiros	55.256,39	-
	1.806.558,10	3.183.475,90

	2021	2020
8. Despesas Antecipadas		
Prêmios de Seguros	8.190,64	8.190,76
Vale-Transporte	25.208,21	22.177,91
Vale-Refeição/Vale-Alimentação	303.041,04	288.002,67
	336.439,89	318.371,34

	2021	2020
9. Partes relacionadas		
ISG - AME SJC	386.530,15	-
	386.530,15	-
	2021	2020
ISG - HRLN	248.724,26	-
	248.724,26	-

mentos inferiores a 90 dias, que são prontamente conversíveis em numerário. O valor de recebíveis de contratos de gestão, são recursos com restrição em detrimento de cláusulas contratuais e refere-se a valores já aplicados às atividades sociais do Instituto (custos e/ou despesas - regime de competência), para os quais ainda não houve a contrapartida da subvenção, que devem ser realizadas nos primeiros meses de 2022, conforme previsto no Contrato de Gestão nº 001.005.000038/2017, e seus respectivos termos aditivos. **b) Passivos financeiros não derivativos:** Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Em 31 de dezembro de 2021, os passivos financeiros não derivativos do Instituto estavam representados por fornecedores, impostos, contribuições e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são registrados pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. **3.2. Ativo imobilizado: a) Reconhecimento e mensuração:** O Instituto Sócrates Guanaes, por meio do contrato de gestão nº 001.005.000038/2017, e seus respectivos termos aditivos, administra o Hospital Regional São José dos Campos - HRSJC e todos os bens cedidos e/ou adquiridos com recursos do contrato, caso existam. Pelo novo entendimento à regra contábil, esses bens deixam de ser registrados no imobilizado e no intangível. O contrato de gestão define que tais bens são do Estado e que ao final do contrato estes serão devolvidos a Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo - SES-SP. Os bens adquiridos no decurso do exercício, caso existam, passaram a ser registrados em contas de controle "contas de compensação". Estes bens, por sua vez, continuam, apenas, sendo registrados pelo custo histórico de aquisição. **b) Depreciação:** A depreciação, cuja regra define que deve ser calculada pela estimativa de vida útil, caso existam, deixa de ser aplicada aos bens adquiridos com recursos do contrato de gestão, em virtude de estes não serem de propriedade do Instituto Sócrates Guanaes, mas, sim, do Estado de São Paulo. **3.3. Redução ao valor recuperável ("impairment"):** O valor contábil do ativo imobilizado, quando existente, é revisto a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Contudo em virtude do novo entendimento à regra contábil, os bens adquiridos com recursos do contrato de gestão nº 001.005.000038/2017, e seus respectivos termos aditivos, deixam de ser registrados no imobilizado e no intangível do Instituto, conforme informado no item 3.2 acima descrito. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Não houve indicação de perda no valor recuperável dos valores contábeis do ativo imobilizado do Instituto em 31 de dezembro de 2021. **3.4. Estoques:** Os estoques, quando existentes, são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação dos estoques, usando-se o custo médio ponderado móvel e, em geral, compreendem os insumos de utilização na operação do Instituto (materiais hospitalares, medicamentos, materiais de consumo etc.). **3.5. Patrimônio Líquido:** O Instituto aplica integralmente, na forma da legislação aplicável, seus recursos na manutenção de seus objetivos. **3.6. Apuração do resultado:** As receitas e custos/despesas são reconhecidas, mensalmente, respeitando os princípios Fundamentais de Contabilidade, em especial os Princípios da Oportunidade e da Competência. No que se refere às subvenções para custeio e investimento, estas são apropriadas em

	2021	2020
10. Ativo/Passivo Compensado: O grupo de contas do Ativo e do Passivo compensado refere-se aos bens patrimoniais cedidos pela SES-SP, quando aplicável, os adquiridos com recursos do contrato de gestão, e seus respectivos termos aditivos, além dos possíveis bens recebidos como doação, quando aplicável, que devem ser incorporados ao patrimônio da SES-SP, durante a vigência do contrato de gestão, firmado com o Estado de São Paulo, para auxiliar a prestação dos serviços propostos, além de informações provenientes de aquisições de insumos para enfrentamento da pandemia do covid-19, apresentam os seguintes saldos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.		
	Móveis e Utensílios	Máq. e Equip. de Software
Em 31/12/20	16.041,93	6.044,00
Adição	-	-
Em 31/12/21	16.041,93	6.044,00
	2021	2020
Enfrentamento COVID 19	2.974.974,63	2.974.974,63
	2.974.974,63	2.974.974,63

	2021	2020
11. Fornecedores		
Fornecedores de bens e mercadorias (i)	4.623.711,11	2.228.104,09
Fornecedores de serviços (ii)	4.014.399,38	4.100.229,65
	8.638.110,49	6.328.333,74
(i) Os fornecedores de bens e mercadorias são decorrentes de aquisições, em sua grande maioria, de medicamentos, material médico hospitalar, gases medicinais e outros insumos. (ii) Os fornecedores de serviços, que representam o total de serviços contratados (inclusive serviços médicos e hospitalares) são necessários a atividade operacional para atendimento ao contrato de gestão nº 001.005.000038/2017, e seus respectivos termos aditivos, ISG-HRSJC. 12. Salários e encargos sociais: As obrigações são decorrentes basicamente das folhas de pagamentos do Instituto e estão assim apresentadas:		
	2021	2020
Salários a pagar	1.490.191,82	1.433.270,69
INSS	654.982,94	641.019,81
FGTS	227.294,12	212.606,98
Provisões férias e encargos	3.532.607,13	3.082.620,37
Outros (i)	56.090,58	9.441,36
	5.961.166,59	5.378.959,21

(i) Refere-se a rescisão contratual, pensão alimentícia e contribuições sindicais e assistenciais. **13. Obrigações tributárias**

	2021	2020
Imposto de renda retido na fonte	267.206,02	238.846,12
PIS / COFINS e CSLL retidos de terceiros	343.769,38	364.404,20
ISS retido de terceiros	35.367,75	38,50
PIS sobre folha de pagamento	36.233,64	35.246,83
	682.576,79	638.535,65

Demonstração do Resultado e Resultado Abrangente Em 31 de dezembro de 2020 e 2021 (Em reais)

	Nota	2021	2020
Receitas Atividades de Saúde - com restrição			
Programa atividades de saúde	16	109.684.538,79	107.302.229,02
Outras receitas	17	369.910,61	258.250,38
		110.054.449,40	107.560.479,40

	Nota	2021	2020
Custos com Programa Atividades de Saúde - com restrição			
Programa atividades de saúde	18	(100.866.635,50)	(96.913.821,94)
Superávit bruto		9.187.813,90	10.646.657,46

	Nota	2021	2020
Despesas Operacionais Atividades de Saúde - com restrição			
Com pessoal	19.1	(3.013.072,85)	(2.711.026,44)
Serviços prestados por terceiros	19.2	(5.942.592,70)	(5.250.157,25)
Gerais e administrativas	19.3	(218.359,56)	(2.698.608,95)
Tributárias	19.4	(48.674,17)	(38.401,70)
		(9.222.699,28)	(10.698.194,34)

Déficit antes do resultado financeiro (34.885,38) (51.536,88)

	Nota	2021	2020
Resultado financeiro Atividades de Saúde - com restrição			
Receitas financeiras		71.130,37	79.071,37
Despesas financeiras		(36.244,99)	(27.534,49)
		34.885,38	51.536,88

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

A demonstração de resultado abrangente não foi apresentada, pois não há operações registradas sobre esse conceito, ou seja, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente.

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto Em 31 de dezembro de 2020 e 2021 (Em reais)

	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Contratos de gestão e convênios	(8.093.889,79)	6.034.398,98
Outros Créditos	5.064,87	(63.839,64)
Estoques	1.376.917,80	(1.422.853,04)
Despesas antecipadas	(18.068,55)	24.470,23
Partes relacionadas - a receber	386.530,15	-
Fornecedores	2.309.776,75	490.489,14



INSTITUTO SÓCRATES GUANAES - ISG

Alameda Salvador, 1.057 - Condomínio Salvador Shopping Business - Torre América
Salá 712 - Caminho das Árvores - CEP 41820-790 - Salvador/BA

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

Table with columns: Nota, Matríz, Consolidado, 2021, 2020. Rows include Ativo Circulante, Ativo não circulante, Passivo e patrimônio social, etc.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em reais)
Table with columns: Nota, Matríz, Consolidado, 2021, 2020. Rows include Receitas com restrição, Receitas sem restrição, Despesas operacionais, etc.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em reais)
Table with columns: Matríz, Consolidado, 2021, 2020. Rows include Fluxos de caixa das atividades sociais, Atividades operacionais, Investimentos, etc.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em reais)
Table with columns: Matríz, Consolidado, 2021, 2020. Rows include Salários e encargos sociais, Provisões, etc.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL
O Instituto Sócrates Guanaes - ISG é uma Associação Civil (ISG ou "Instituto"), de direito privado, sem fins lucrativos e econômicos, qualificada como Organização Social, fundada em 13 de julho de 2000, com sede e foro em Salvador, Estado da Bahia, e tem por objetivo a realização de atividades ligadas à promoção e participação ativa nas ações de ensino e pesquisa, promoção e desenvolvimento de tecnologia em gestão voltada para valorização da ética e princípios humanísticos vinculados à medicina e outras áreas da saúde. Especializada em gestão de serviços de saúde seja ela pública ou privada, utilizando-se de técnicas inovadoras de gestão e equipe altamente qualificada, vem transformando a realidade de atendimento à saúde por onde passa. Atualmente o ISG possui contratos de gestão hospitalar vigentes nas seguintes unidades: - HDI - Hospital de Doenças Tropicais, situado em Goiânia, Estado de Goiás; - CEAP-SOL - Condomínio Solidária, situado em Goiânia, Estado de Goiás; - HEAL - Hospital Estadual Azevedo Lima, situado em Mitteroi, Estado do Rio de Janeiro; - HRIR - Hospital Regional Jorge Rossmann, situado em Itanhaém, Estado de São Paulo; - HRSC - Hospital Regional de São José dos Campos, situado em São José dos Campos, Estado de São Paulo; - AME-SJC - Ambulatório Médico de Especialidades "Edy Costa Mendes", situado em São José dos Campos, Estado de São Paulo; - HRH - Hospital Regional de Registro, situado em São Paulo, Estado de São Paulo; - HRN - Hospital Regional Litoral Norte, situado em Caraguatatuba, Estado de São Paulo; - AME-Parqueira-Ácu - Ambulatório Médico de Especialidades, situado em Parqueira-Ácu, Estado de São Paulo; O Instituto também atua na gestão do HEC - Hospital Estadual Chabo, em Salvador - Bahia e na gestão do HERC - Hospital Estadual Roberto Chabo, situado em Araramá - Rio de Janeiro.

2. BASE DE PREPARAÇÃO
2.1. Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC: As demonstrações contábeis individuais e consolidadas abrangem apenas as operações do Instituto Sócrates Guanaes, e foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), consubstanciadas, principalmente, no que tange à interpretação Técnica ITG 2002 (RT), aplicáveis às Entidades sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução (CFC) 1.409/2010, na Norma Brasileira de Contabilidade ITG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamental, aprovada pela Resolução (CFC) 1.305/2010, com exceção do reconhecimento da receita em detrimento do valor do custo da depreciação, no caso de aquisição de bens com recursos do contrato de gestão, por força do entendimento das Normas Contábeis em especial, essencial sobre a forma, cujas sínteses estão demonstradas a seguir: 2.2. Base de mensuração: As demonstrações contábeis - individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, sendo que o ativo e passivo financeiros são mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo, nos casos aplicáveis. 2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações contábeis - individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Instituto. 2.4. Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações contábeis - individuais e consolidadas de acordo com as normas do CPC exige o uso de estimativas e julgamentos que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados em ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS
As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis - individuais e consolidadas. 3.1. Instrumentos financeiros: (a) Ativos financeiros não derivativos: O Instituto tem como ativos financeiros não derivativos caixa e equivalentes de caixa e contas a receber provenientes dos contratos de gestão que são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Caixa e equivalentes de caixa estão representados por saldos de bancos e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com prazos de vencimentos inferiores a 90 dias, que são prontamente convertíveis em numerário. O valor de recebíveis de contratos de gestão, refere-se a valores já classificados e atividades sociais do Instituto (custos e/ou despesas - regime de competência), para os quais ainda não houve a contrapartida da subvenção, que devem ser realizadas, conforme previsto nos respectivos contratos de gestão. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis. (b) Passivos financeiros não derivativos: Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retidas, canceladas ou vencidas. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os passivos financeiros não derivativos do Instituto estavam representados por fornecedores, remunerações/salários, obrigações salariais e tributárias e outras contas a pagar. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de qualquer custo de transação atribuíveis. Após o reconhecimento financeiro, estes passivos financeiros são registrados aos custos e valores reportados nos balanços. Os valores a realizar dos contratos de gestão, refere-se a valores já recebidos por aplicação em atividades sociais do Instituto (custos e/ou despesas - regime de competência), para os quais ainda não houve o referido gasto da subvenção, e que devem ser realizados nos primeiros meses de 2022, conforme previsto nos Contratos de Gestão. 3.2. Ativo Imobilizado: (a) Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas. Benefícios em bens de terrenos e instalações compreendem, principalmente, benefícios em unidades hospitalares sob a gestão do ISG, unidades de saúde e escritórios. O Instituto reconhece ganhos, por meio dos contratos de gestão e termos aditivos, mediante diversos bens adquiridos com recursos dos contratos. Pelo novo entendimento à regra contábil, esses bens deixam de ser registrados no imobilizado e no intangível. Os contratos de gestão definem que tais bens são das Secretarias de Saúde de cada Estado e que ao final dos contratos estes serão devolvidos às respectivas Secretarias de Saúde dos Estados. Os bens adquiridos no decurso do exercício passaram a ser registrados em contas de controle "contas de compensação". Estes bens, por sua vez, continuam, após venda, sendo registrados pelo custo histórico de aquisição. (b) Depreciação: A depreciação é calculada pelo método linear às taxas que consideram o tempo de vida útil econômica estimado dos bens. Em relação aos contratos de gestão, a depreciação, cuja regra define que deve ser calculada pela estimativa de vida útil, deixou de ser aplicada aos bens adquiridos com recursos públicos advindos dos contratos de gestão, em virtude de estes não serem de propriedade do Instituto Sócrates Guanaes, mas, sim, das Secretarias de Saúde de cada Estado. 3.3. Redução ao valor recuperável ("impairment"): O valor contábil do ativo imobilizado é determinado a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é reavaliado. Contudo, em virtude do novo entendimento à regra contábil, os bens adquiridos com recursos dos contratos de gestão, deixam de ser registrados no imobilizado e no intangível do Instituto, conforme informado no Item 3.2 acima descrito. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Não houve indicação de perda no valor recuperável dos valores contábeis do ativo imobilizado do Instituto em 31 de dezembro de 2021 e 2020. 3.4. Estoques: Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação dos estoques, usando-se o custo médio ponderado móvel e, em geral, compreendem os insumos de utilização na operação do Instituto (materiais hospitalares, medicamentos, materiais de consumo etc.), sendo que os mesmos se apresentam livres de impostos ou gravames, contidos passivos restrições de uso, conforme contrato de gestão. 3.5. Patrimônio Líquido: O Instituto aplica integralmente seus recursos, na forma da legislação aplicável, na manutenção de seus objetivos. 3.6. Apreciação do resultado: Os resultados, custos e despesas são reconhecidos mensalmente, respeitando os princípios Fundamentais de Contabilidade, em especial os Princípios da Oportunidade e da Competência. No que se refere às subvenções para custeio e investimento, estas são apropriadas em conta do passivo, enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado. 3.7. Tributação: O Instituto é uma entidade sem fins lucrativos, isenta de recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit. Por isso, nenhum tributo sobre o lucro, foi apurado e provisionado, em face do benefício fiscal aqui descrito. A base de cálculo para apuração do PIS e do ITR da folha de pagamento, com alíquota de 1%. Os valores apurados são recolhidos mensalmente.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
Table with columns: Matríz, Consolidado, 2021, 2020. Rows include Caixa com restrição, Bancos conta movimento com restrição, Aplicações financeiras com restrição, etc.

5. CONTRATOS DE GESTÃO E CONVÊNIOS
Table with columns: Matríz, Consolidado, 2021, 2020. Rows include HDI, HEAL CG 004/2014, HEAL CG 001/2019, HRIR, HRSC, CEAP-SOL, AME-SJC, FGTS, etc.

6. CONTAS A RECEBER
Table with columns: Matríz, Consolidado, 2021, 2020. Rows include Adiantamento a Fornecedor, Adiantamento de Honorários, Outros Adiantamentos, Reembolsos a receber, etc.

7. IMPOSTO E CONTRIBUIÇÕES RECUPERAR
Table with columns: Matríz, Consolidado, 2021, 2020. Rows include ISS a Recuperar, INSS Parcelamento, PIS a Recuperar, Tributos pagos a maior ou indevidamente, Demais Tributos Antecipados, etc.

8. ADIANTAMENTOS A TERCEIROS
Table with columns: Matríz, Consolidado, 2021, 2020. Rows include Adiantamento a Fornecedor, Adiantamento de Honorários, Outros Adiantamentos, Reembolsos a receber, etc.

9. ADIANTAMENTOS A FUNCIONÁRIOS
Table with columns: Matríz, Consolidado, 2021, 2020. Rows include Antecipação de Salários e Ordenados, Antecipação 13º Salário, Antecipação de Férias, Adiantamento de Despesas, Antecipação Rescisão, etc.

10. ESTOQUE
Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, os estoques estavam assim compostos e estão apresentados pelo valor de custo médio de aquisição:
Table with columns: Matríz, Consolidado, 2021, 2020. Rows include HDI, CEAP-SOL, HEAL CG 001/2019, HRSC, AME PA, AME-SJC, HRN, HRIR, etc.

11. DESPESAS ANTECIPADAS
Table with columns: Matríz, Consolidado, 2021, 2020. Rows include Prêmios de Seguros, Vale-Transporte, Vale-Refeição/Vale-Alimentação, Vale-Combustível, etc.

12. DEPOSITOS/BLOQUEIOS JUDICIAIS
Table with columns: Matríz, Consolidado, 2021, 2020. Rows include Ações Trabalhistas, Ações Tributárias, Bloqueio Judicial, etc.

13. TRANSAÇÕES ENTRE UNIDADES
a) Ativo
Table with columns: Matríz, Consolidado, 2021, 2020. Rows include HEAL, HERC, HEAL, Partes Relacionadas, etc.

a) Passivo
Table with columns: Matríz, Consolidado, 2021, 2020. Rows include HDI, HEAL, HEAL, ISG-Fillal SP, etc.

14. IMOBILIZADO
Table with columns: Móveis e Utensílios, Máquinas e Equipamentos, Equipamentos de Informática, Beneficiárias em Propriedade de Terceiros, Imobilizado em andamento, Total. Rows include Custos em 31 de dezembro de 2020, Adição, Depreciação, etc.

15. ATIVO/PASSIVO COMPENSADO
Bens Cedidos em Comodato
Table with columns: Custo, Precificados, Transferidos, Custo, 2021, 2020. Rows include Bens Recebidos em Comodato, Totais, etc.

Bens Adquiridos no Contrato Gestão
Table with columns: Custo, Aquisições, Balixa, Custo, 2021, 2020. Rows include Instalações, Móveis e Utensílios, Máquinas e Equipamentos, Equipamentos de Informática, Veículos, Beneficiárias em Propriedade de Terceiros, Direitos de Uso de Software, etc.

Discriminação Bens Recebidos em Doação
Table with columns: Custo, Precificados, Transferidos, Custo, 2021, 2020. Rows include Bens Recebidos em Doação, Totais, etc.

Discriminação Bens Cedidos para o Contrato Gestão
Table with columns: Custo, Aquisições, Transferidos, Custo, 2021, 2020. Rows include Móveis e Utensílios, Máquinas e Equipamentos, Equipamentos de Informática, Veículos, Equipamentos Hospitalares, Direitos de Uso de Software, etc.

COVID - 19
Table with columns: Insumos, Prestados, Horas Extras, 2021, 2020. Rows include Insumos, Prestados, Horas Extras, etc.

16. FORNECEDORES - NACIONAIS
Table with columns: Matríz, Consolidado, Matríz, Consolidado, 2021, 2020. Rows include Forneecedores de bens e mercadorias (a), Forneecedores de serviços (b), Forneecedores LP (c), etc.

17. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS
As obrigações são decorrentes basicamente das folhas de pagamentos do Instituto e estão assim compostas:
Table with columns: Matríz, Consolidado, Matríz, Consolidado, 2021, 2020. Rows include Salários e rescisões a pagar, Autônomos a pagar, Pensão a pagar, etc.

18. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS
a) Curto Prazo
Table with columns: Matríz, Consolidado, Matríz, Consolidado, 2021, 2020. Rows include Imposto de renda retido na fonte, INSS retido de terceiros, PIS / COFINS e CSLL retidos de terceiros, etc.

b) Longo Prazo
Table with columns: Matríz, Consolidado, Matríz, Consolidado, 2021, 2020. Rows include Parcelamentos PERB, Parcelamentos ORDINÁRIOS, Parcelamentos SIMPLIFICADOS, etc.

19. SUBVENÇÕES ASSISTENCIAIS A REALIZAR
O montante de subvenção a realizar proveniente dos contratos de gestão está composto da seguinte forma:
Table with columns: Matríz, Consolidado, Matríz, Consolidado, 2021, 2020. Rows include Subvenção para custeio, Benefícios Governamentais - Susp. Glosa, Outras subvenções, etc.

20. OUTRAS CONTAS A PAGAR
Table with columns: Matríz, Consolidado, Matríz, Consolidado, 2021, 2020. Rows include Adiantamentos de Clientes, Aluguéis a Pagar, Medicamentos Recebidos da SES, Medicamentos Recebidos de TERCIOS, etc.

21. CONTINGÊNCIAS
O Instituto é parte em ações judiciais perante vários tribunais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas e tributárias. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, analisou as teses das demandas judiciais pendentes e o histórico de pagamento em relação aos valores reclamados, quando aplicável, e constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir os desembolsos futuros, e consideradas como prováveis perdas. Em detrimento a NBC TG 25 (R2), a Entidade deve divulgar, apenas em nota explicativa, a existência de processos judiciais em trâmite, os quais são considerados, pelo corpo jurídico, como passíveis perdas. Neste sentido, os processos que foram classificados como prováveis e possíveis perdas pelo departamento jurídico da Entidade, foram:
Table with columns: Trabalhista, Cível, Tributária, Valor estimado, 2021, 2020. Rows include Pariqueira-Acu, AME-SJC, CEAP-SOL, HDI, etc.

22. RECEITAS COM RESTRIÇÃO
Table with columns: Matríz, Consolidado, 2021, 2020. Rows include Programa atividades de saúde (a), Outras receitas atividade saúde (b), Contribuições e Doações, etc.

23. RECEITAS SEM RESTRIÇÃO
Table with columns: Matríz, Consolidado, 2021, 2020. Rows include Custos de pessoal próprio (a), Custos de serviços assistências e de apoio (b), Materiais médicos e hospitalares, etc.

24. CUSTOS COM PROGRAMA DE ATIVIDADES DE SAÚDE COM RESTRIÇÃO
Table with columns: Matríz, Consolidado, 2021, 2020. Rows include Salários, Horas Extras, Adicionais, Férias, etc.

25. DESPESAS OPERACIONAIS ATIVIDADE SAÚDE - COM RESTRIÇÃO
Table with columns: Matríz, Consolidado, 2021, 2020. Rows include Custos de pessoal próprio, Custos de serviços assistências e de apoio, Materiais médicos e hospitalares, etc.

26. DESPESAS OPERACIONAIS ATIVIDADE SAÚDE - SEM RESTRIÇÃO
Table with columns: Matríz, Consolidado, 2021, 2020. Rows include Salários, Horas Extras, Adicionais, Férias, etc.

27. RESULTADO FINANCEIRO ATIVIDADE SAÚDE - COM RESTRIÇÃO
Table with columns: Matríz, Consolidado, 2021, 2020. Rows include Receitas financeiras, Despesas financeiras, etc.

28. RECEITAS OPERACIONAIS ATIVIDADE SAÚDE - SEM RESTRIÇÃO
Table with columns: Matríz, Consolidado, 2021, 2020. Rows include Receitas financeiras, Despesas financeiras, etc.

29. RECEITAS OPERACIONAIS ATIVIDADE SAÚDE - COM RESTRIÇÃO
Table with columns: Matríz, Consolidado, 2021, 2020. Rows include Receitas financeiras, Despesas financeiras, etc.

30. RECEITAS OPERACIONAIS ATIVIDADE SAÚDE - SEM RESTRIÇÃO
Table with columns: Matríz, Consolidado, 2021, 2020. Rows include Receitas financeiras, Despesas financeiras, etc.

31. RECEITAS OPERACIONAIS ATIVIDADE SAÚDE - COM RESTRIÇÃO
Table with columns: Matríz, Consolidado, 2021, 2020. Rows include Receitas financeiras, Despesas financeiras, etc.

32. RECEITAS OPERACIONAIS ATIVIDADE SAÚDE - SEM RESTRIÇÃO
Table with columns: Matríz, Consolidado, 2021, 2020. Rows include Receitas financeiras, Despesas financeiras, etc.

33. RECEITAS OPERACIONAIS ATIVIDADE SAÚDE - COM RESTRIÇÃO
Table with columns: Matríz, Consolidado, 2021, 2020. Rows include Receitas financeiras, Despesas financeiras, etc.

34. RECEITAS OPERACIONAIS ATIVIDADE SAÚDE - SEM RESTRIÇÃO
Table with columns: Matríz, Consolidado, 2021, 2020. Rows include Receitas financeiras, Despesas financeiras, etc.

35. RECEITAS OPERACIONAIS ATIVIDADE SAÚDE - COM RESTRIÇÃO
Table with columns: Matríz, Consolidado, 2021, 2020. Rows include Receitas financeiras, Despesas financeiras, etc.

36. RECEITAS OPERACIONAIS ATIVIDADE SAÚDE - SEM RESTRIÇÃO
Table with columns: Matríz, Consolidado, 2021, 2020. Rows include Receitas financeiras, Despesas financeiras, etc.

37. RECEITAS OPERACIONAIS ATIVIDADE SAÚDE - COM RESTRIÇÃO
Table with columns: Matríz, Consolidado, 2021, 2020. Rows include Receitas financeiras, Despesas financeiras, etc.

38. RECEITAS OPERACIONAIS ATIVIDADE SAÚDE - SEM RESTRIÇÃO
Table with columns: Matríz, Consolidado, 2021, 2020. Rows include Receitas financeiras, Despesas financeiras, etc.

39. RECEITAS OPERACIONAIS ATIVIDADE SAÚDE - COM RESTRIÇÃO
Table with columns: Matríz, Consolidado, 2021, 2020. Rows include Receitas financeiras, Despesas financeiras, etc.

40. RECEITAS OPERACIONAIS ATIVIDADE SAÚDE - SEM RESTRIÇÃO
Table with columns: Matríz, Consolidado, 2021, 2020. Rows include Receitas financeiras, Despesas financeiras, etc.

41. RECEITAS OPERACIONAIS ATIVIDADE SAÚDE - COM RESTRIÇÃO
Table with columns: Matríz, Consolidado, 2021, 2020. Rows include Receitas financeiras, Despesas financeiras, etc.

42. RECEITAS OPERACIONAIS ATIVIDADE SAÚDE - SEM RESTRIÇÃO
Table with columns: Matríz, Consolidado, 2021, 2020. Rows include Receitas financeiras, Despesas financeiras, etc.

43. RECEITAS OPERACIONAIS ATIVIDADE SAÚDE - COM RESTRIÇÃO
Table with columns: Matríz, Consolidado, 2021, 2020. Rows include Receitas financeiras, Despesas financeiras, etc.

44. RECEITAS OPERACIONAIS ATIVIDADE SAÚDE - SEM RESTRIÇÃO
Table with columns: Matríz, Consolidado, 2021, 2020. Rows include Receitas financeiras, Despesas financeiras, etc.

45. RECEITAS OPERACIONAIS ATIVIDADE SAÚDE - COM RESTRIÇÃO
Table with columns: Matríz, Consolidado, 2021, 2020. Rows include Receitas financeiras, Despesas financeiras, etc.

46. RECEITAS OPERACIONAIS ATIVIDADE SAÚDE - SEM RESTRIÇÃO
Table with columns: Matríz, Consolidado, 2021, 2020. Rows include Receitas financeiras, Despesas financeiras, etc.

47. RECEITAS OPERACIONAIS ATIVIDADE SAÚDE - COM RESTRIÇÃO
Table with columns: Matríz, Consolidado, 2021, 2020. Rows include Receitas financeiras, Despesas financeiras, etc.

48. RECEITAS OPERACIONAIS ATIVIDADE SAÚDE - SEM RESTRIÇÃO
Table with columns: Matríz, Consolidado, 2021, 2020. Rows include Receitas financeiras, Despesas financeiras, etc.

49. RECEITAS OPERACIONAIS ATIVIDADE SAÚDE - COM RESTRIÇÃO
Table with columns: Matríz, Consolidado, 2021, 2020. Rows include Receitas financeiras, Despesas financeiras, etc.

50. RECEITAS OPERACIONAIS ATIVIDADE SAÚDE - SEM RESTRIÇÃO
Table with columns: Matríz, Consolidado, 2021, 2020. Rows include Receitas financeiras, Despesas financeiras, etc.

51. RECEITAS OPERACIONAIS ATIVIDADE SAÚDE - COM RESTRIÇÃO
Table with columns: Matríz, Consolidado, 2021, 2020. Rows include Receitas financeiras, Despesas financeiras, etc.

52. RECEITAS OPERACIONAIS ATIVIDADE SAÚDE - SEM RESTRIÇÃO
Table with columns: Matríz, Consolidado, 2021, 2020. Rows include Receitas financeiras, Despesas financeiras, etc.

53. RECEITAS OPERACIONAIS ATIVIDADE SAÚDE - COM RESTRIÇÃO
Table with columns: Matríz, Consolidado, 2021, 2020. Rows include Receitas financeiras, Despesas financeiras, etc.

54. RECEITAS OPERACIONAIS ATIVIDADE SAÚDE - SEM RESTRIÇÃO
Table with columns: Matríz, Consolidado, 2021, 2020. Rows include Receitas financeiras, Despesas financeiras, etc.

55. RECEITAS OPERACIONAIS ATIVIDADE SAÚDE - COM RESTRIÇÃO
Table with columns: Matríz, Consolidado, 2021, 2020. Rows include Receitas financeiras, Despesas financeiras, etc.

56. RECEITAS OPERACIONAIS ATIVIDADE SAÚDE - SEM RESTRIÇÃO
Table with columns: Matríz, Consolidado, 2021, 2020. Rows include Receitas financeiras, Despesas financeiras, etc.

57. RECEITAS OPERACIONAIS ATIVIDADE SAÚDE - COM RESTRIÇÃO
Table with columns: Matríz, Consolidado, 2021, 2020. Rows include Receitas financeiras, Despesas financeiras, etc.

58. RECEITAS OPERACIONAIS ATIVIDADE SAÚDE - SEM RESTRIÇÃO
Table with columns: Matríz, Consolidado, 2021, 2020. Rows include Receitas financeiras, Despesas financeiras, etc.

59. RECEITAS OPERACIONAIS ATIVIDADE SAÚDE - COM RESTRIÇÃO
Table with columns: Matríz, Consolidado, 2021, 2020. Rows include Receitas financeiras, Despesas financeiras, etc.

60. RECEITAS OPERACIONAIS ATIVIDADE SAÚDE - SEM RESTRIÇÃO
Table with columns: Matríz, Consolidado, 2021, 2020. Rows include Receitas financeiras, Despesas financeiras, etc.

61. RECEITAS OPERACIONAIS ATIVIDADE SAÚDE - COM RESTRIÇÃO
Table with columns: Matríz, Consolidado, 2021, 2020. Rows include Receitas financeiras, Despesas financeiras, etc.

62. RECEITAS OPERACIONAIS ATIVIDADE SAÚDE - SEM RESTRIÇÃO
Table with columns: Matríz, Consolidado, 2021, 2020. Rows include Receitas financeiras, Despesas financeiras, etc.

	2021		2020	
	Matriz	Consolidado	Matriz	Consolidado
INSS sobre Autônomos e Cooperativas	16.229,78	41.977,75	31.180,00	62.762,42
IPTU	658,25	658,25	631,05	10.708,73
IDF	542,38	9.458,13	941,58	31.247,69
IRRF Sobre Aplicações Financeiras	34,55	166.065,90	-	167.750,29
IDF Sobre Aplicações Financeiras	452,59	97.371,44	-	-
Outros Impostos e Taxas	8621,21	32.895,53	4181,69	19.509,92
26.538,76	348.427,00	36.934,32	291.979,05	

	2021		2020	
	Matriz	Consolidado	Matriz	Consolidado
Ratêio de Horas Técnicas	12.746.726,53	12.746.726,53	12.017.420,54	12.017.420,54
12.746.726,53	12.746.726,53	12.017.420,54	12.017.420,54	

São as despesas com funcionários que prestam serviços para todas as unidades do ISG, portanto, cada unidade hospitalar paga para Matriz a parte proporcional as horas técnicas aplicadas para cada unidade.

	2021		2020	
	Matriz	Consolidado	Matriz	Consolidado
Receitas Financeiras	636,97	1.310.141,19	26.396,46	5.052.550,12
Despesas Financeiras	(131.808,06)	(6.134.672,03)	(174.335,27)	(7.237.612,26)
	(131.171,09)	(4.824.530,84)	(147.938,81)	(2.185.062,14)

	2021		2020		
	Matriz	Consolidado	Matriz	Consolidado	
Índice de Liquidez Corrente	=	0,493	1,060	0,60	1,11
Índice de Liquidez Geral	=	0,928	1,001	1,33	1,01
Índice de Solvência Geral	=	0,928	1,235	1,33	1,19

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

transfêrncias para a conta de "contratos de gestão e convênios" no Ativo, uma vez que os contratos suportam o reconhecimento das receitas em relação a tais custos/despesas, conforme relacionado na Nota "OS CONTRATOS DE GESTÃO E CONVÊNIO", bem como de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB. • **Crítério Contábil – Atendimento parcial da Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 07 (R2):** Os detalhes sobre a política contábil, concernente a mudança de critério contábil, estão relacionados na Nota "PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS", subitem "3.2 ATIVO IMOBILIZADO", letra "4". "RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO", informados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Entidade. A decisão tomada pela Administração da Entidade foi não reconhecer os bens tangíveis e intangíveis, adquiridos com recursos dos contratos de gestão, firmados entre as Secretarias de Estado da Saúde vinculadas a cada estado e o Instituto Sócrates Guanaes – ISG, para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde em diversos hospitais, como sendo da Entidade. Portanto, esses bens não são registrados no grupo Ativo Imobilizado. Os contratos deixam claro que tais bens são dos Estados, por meio das Secretarias de Estado da Saúde de cada ente federativo, retiro mencionados, e que, ao final dos instrumentos pactuados, estes serão devolvidos às contratantes. Neste sentido, a Entidade gestora das unidades de saúde optou por acatar o novo entendimento contábil. **Resposta da auditoria ao assunto:** Em análise as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, em especial as Resoluções CFC Nº 1.374/11, que dá nova redação à NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL – Estrutura Conceitual, para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro e Resolução CFC Nº 1.185/09, que aprovou a NBC TG 26 (RS) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, obtém-se o entendimento que a essência sobre a forma deve prevalecer. Em observação às referidas Resoluções, entendemos que, em circunstâncias extremamente raras, nas quais a administração da Entidade vier a concluir que a conformidade com um ou mais requisitos das normas, interpretações ou comunicados técnicos conduziriam a uma apresentação tão enganosa, em relação as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas, que entraria em conflito com o objetivo das Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas, qual seja, exigência à contínua obediência da prevalência da ESSÊNCIA SOBRE A FORMA, estabelecido na Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, a Entidade não deveria aplicar esse(s) requisito(s). Neste sentido, encaminhamos consulta ao Conselho Federal de Contabilidade, o qual reconheceu que de fato esses bens deveriam ser reconhecidos diretamente em conta de resultado e confrontados com as subvenções relacionadas, assegurando o controle em contas próprias, conforme previsões contratuais, e atendimento à essência sobre a forma, contrariando parte dos dires da Resolução CFC 1.305/2010, que aprova a NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais. **Enfase(s): Continuidade das operações, unidades não auditadas, bens registrados em contas de Ativo e Passivo Compensado e transações entre unidades:** Os recursos destinados aos custos das atividades desenvolvidas pela Entidade são providos pelas Secretarias de Estado da Saúde de cada estado, conforme previsto nos Contratos de Gestão e demais aditivos. Contudo, indicamos a existência de incerteza quanto à continuidade/prorrogação dos contratos de gestão, previstos para conclusões em 24/06/2021 – HRJ; 30/04/2023 – AME-SJC; 24/06/2023 – CEP-SOL; 26/02/2023 – HEAL CG 001/2019; 06/06/2022 – HRJR; 11/12/2022 – HRSIC 03/04/2023 – HRB; 19/12/2024 – HRLN e 31/12/2024 – AME-PARQUEIRA-ACU. Nossa opinião não está ressalvada por este assunto. As demonstrações contábeis individuais da Filial Administração – SP não foram objeto de análise por nenhuma empresa de auditoria independente, contudo os demonstrativos financeiros individuais estão incorporados nas demonstrações contábeis consolidadas. Nossa opinião não está ressalvada por este assunto. Os bens cedidos pelas Secretarias de Estado da Saúde de cada estado, conforme previsto nos Contratos de Gestão e demais aditivos, estão sob a guarda e responsabilidade do Instituto Sócrates Guanaes – ISG. Contudo, para as unidades AME-SJC, HEAL CG 001/2019; HRJR, HRB e HRLN, não foram evidenciados os registros destes bens em contas de controle. Ativo e Passivo compensados, enquanto, para as unidades CEP-SOL e H07, os relatórios apresentados dos registros não são análogos aos controles apresentados pelo departamento de patrimônio destas Unidades. Identificamos, ainda, que no caso dos bens adquiridos com recursos do contrato de gestão estes estão sendo controlados em contas gerenciais (Ativo e Passivo compensados). Contudo, os valores também não são análogos aos controles apresentados pelo departamento de patrimônio de todas essas Unidades, o que, por força de contrato, podem ser ocasionadas contingências passivas. Nossa opinião não está ressalvada por estes assuntos. Conforme Nota Explicativa "13 – Transações entre unidades", correlacionada em Nota Explicativa vinculada as Demonstrações Contábeis, não foram disponibilizados documentação formal, contendo autORIZAÇÃO, com base nos Contratos de Gestão e/ou aditivos, para a realização de transferências de recursos entre as unidades geridas sob a responsabilidade do Instituto, e, por força de contrato, podem ocasionar contingências passivas. Nossa opinião não está ressalvada por estes assuntos. **Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:** As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparação, foram, por essa Auditoria, examinadas de acordo com as normas de auditoria vigente naquela data. Por ocasião, foi emitido relatório de auditoria, com modificação, em 27 de abril de 2021. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

HEAL - Com advento do fim da vigência do contrato de gestão 001/2019 em 25/02/2022, conforme cláusula primeira do primeiro termo aditivo ao contrato em questão. Houve o interesse entre as partes para renovação do contrato de gestão, por mais 12 (doze) meses, através do terceiro termo aditivo, celebrado em 25/02/2022. Era o que tínhamos a relatar e esclarecer, em atendimento às Demonstrações Financeiras ora encerradas e apresentadas.

DIRETORIA	
André Mansur de Carvalho Guanaes Gomes	Diretor presidente - CPF: 195.644.575-72
Ernesto Stangueti	Diretor Financeiro - CPF: 846.816.088-15
CONTADOR	
Raphael Lindenbach de Moraes	CRS ISP 261037

consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração da auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base em evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossa conclusão está fundamentada nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente, referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo, para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos, também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as obrigações éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório, porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Goiânia - GO, 19 de abril de 2022.

Work7 Auditores Independentes 55
CRS 160.001891-S-BA - CVM 12.424

José Ricardo Xavier
Contador CRS 160-013785-0-0-S-BA

Coluna ESPLANADA

POR LEANDRO MAZZINI E WALMOR PARENTE
E COM CAROLINA FREITAS E SARA MOREIRA

CHOQUE

O dedo na tomada é inegável dos dois lados, e o curto-circuito gerado é a politização do projeto em ano eleitoral. De um lado, o governo de Jair Bolsonaro (PL) quer privatizar a Eletrobras sob críticas dos contrários de que pede preço de banana na feira, e com risco de perder a soberania nacional sobre a geração de energia para um potencial sócio estrangeiro. De outro lado, fica evidente por parte do TCU o viés político para tentar barrar a venda. Relator do processo, o ministro Vital do Rego é egresso da ala do MDB ligada a Renan Calheiros (AL), o maior opositor de Bolsonaro no Senado, e grande aliado de Lula.

Vista

Em novo revés que atrapalha o plano do Governo, o TCU suspendeu o julgamento da proposta de venda da Eletrobras após pedido de vista apresentado pelo senador Vital do Rego. O ministro queria prazo de 60 dias, mas foi convencido a reduzir para 20 dias.

Maio

O ministro da Economia Paulo Guedes, já protocolou o mês de maio como prazo final para desobstruir a venda da Eletrobras. Ele não quer que a empresa seja controlada por estrangeiros e não será privatizada.

Rompimento

Na estera da insatisfação das categorias das forças federais com a demagogia do presidente Jair Bolsonaro, em promissor aumento salarial não cumprido, os delegados federais votaram em favor de uma moção de censura ao governo federal, pedindo o rompimento do apoio ao presidente Jair Bolsonaro.

Freio

Entre os pontos da pauta oficial a corporação vai fazer a instalação de uma nova unidade com freio nas atividades de produção e administração de fiscalização de Associação Nacional dos Delegados de Trabalho (ANDT) em municípios do Rio de Janeiro, onde o PL também orientou a redução de emissões de gases de efeito estufa em breve acordo de renúncia de diárias.

Caixa-preta

Em nota, o ministro da Caixa-preta afirmou que a Lei

Manifesto de juristas defende prévias do PSDB e candidatura de João Doria

AGÊNCIAESTADO

Um manifesto assinado por 73 juristas sai em defesa do resultado das prévias do PSDB, que escolheram o ex-governador de São Paulo João Doria para disputar a Presidência da República pelo partido. A carta, escrita na quarta-feira, 20, e divulgada pela assessoria de Doria, afirma que "ninguém no partido ou fora dele tem autoridade" para desrespeitar a decisão tomada pela sigla em novembro do ano passado.

"Ninguém no partido ou fora dele tem autoridade para violentar os 34 anos de história da Social Democracia, para rasgar o estatuto ou para anular a decisão democrática, soberana e irrevogável dos filiados em função de interpretações pessoais e subjetivas sobre o quadro eleitoral, ou articulações desautorizadas com outros partidos políticos. Não é necessário ser especialista em direito eleitoral ou partidário para ter absoluta convicção disso", diz trecho do manifesto.

"O candidato à Presidência da República legalmente constituído pelo PSDB para as eleições de 2022 é JOÃO DORIA, que será PROCLAMADO pela Convenção Nacional Eleitoral a ser realizada entre 29 de julho e 5 de agosto. Quem, honestamente, dese-



MANIFESTO assinado por 73 juristas sai em defesa do resultado das prévias do PSDB, que escolheram João Doria para disputar a Presidência da República

jar colaborar com o Brasil estará engajado na sua campanha!", diz ainda o manifesto.

Doria é alvo de ação orquestrada por lideranças tucanas, como o deputado federal Aécio Neves (MG) e o senador Tasso Jereissati (CE), que tentam lançar o ex-governador gaúcho Eduardo Leite como candidato do partido à Presidência no lugar dele.

Leite tem dito respeitar as prévias, mas defende que o partido não pode se apegar ao resultado. Diz que o PSDB deve estar aberto a

discutir outras alternativas que se mostrem viáveis para unificar a chamada terceira via, enquanto tenta se cacifar como opção.

O ex-governador paulista classifica a articulação como golpe. A situação tem aprofundado a divisão interna no PSDB, aparente já nas prévias.

A carta também surge em um momento no qual os partidos da terceira via discutem a formação de uma chapa única formada por partidos como o União Brasil, MDB, Cidadania e PSDB.

Joaci Góes



PONTO DE VISTA

Caminho de Compostela 4

O casal amigo Cristina e Augusto César Mangabeira Nunes.

Brasileiros, em geral, baianos e nordestinos, em particular, que fazem qualquer dos caminhos para Compostela, não podem deixar de refletir sobre o excepcional impacto, de múltiplas origens e dimensões, se o deslocamento a pé, entre regiões do Brasil, não fosse impedido pela infância da insegurança reinante, em toda parte.

Restringimo-nos ao caso baiano que já desfrutava, ainda que de modo limitado, das badaladas caminhadas pela Chapada Diamantina, tendo como centro a histórica cidade de Lençóis. Se, como exemplo, aparelhássemos e dessemos segurança ao percurso entre Morro do Chapéu e Rio de Contas, de cerca de 300 km, é fácil compreender o crescente número de andarilhos, entre nacionais e estrangeiros, que

singularíssimo fato de ensejar o banho de mar, em águas tépidas, a qualquer hora de cada um dos 365 dias do ano, fenômeno sem igual em qualquer outro litoral tão extenso.

É claro que nos dias atuais essa possibilidade não passa de uma quimera, assim continuando enquanto nossa população, com o silêncio culposo das elites, continuar de costas para o reconhecimento da educação como o fator básico e fundamental para o desenvolvimento dos povos do Mundo está imerso.

No caso da Bahia essa possibilidade é ainda mais remota pela queda acentuada nos índices que medem o bem estar dos povos, de que é prova maior o fundo do poço a que chegou a educação em nosso estado que ocupa, hoje, a mais baixa posição, entre as 27 unidades da Federação.

Um dado airmante, do qual a maior parte da população parece não se dar conta, é sua detrimetosa ocupação do primeiro posto em números absolutos de homicídios praticados em todo do Brasil. Apesar disso, o sistema penal vigente em nosso Estado revela-se alta-

mente leniente com o crime. Basta mencionar que dos 700 mil detentos existentes no País, a Bahia participa com, apenas, 17 mil, quando, tomando-se como referencial o percentual de 7,3% de sua população, sobre a população nacional, o número de infratores penais, na Bahia custodiados, deveria ser superior a 50 mil! Essa ostensiva e inegável impunidade praticada na Bahia, tem sido sensivelmente agravada pelo estímulo oficial à marginalidade inerente à ação do MST, associado a traficantes de drogas e assaltos na periferia dos núcleos urbanos dotados de atração turística. Esses marginais contam com o apoio de advogados que desonram a profissão.

Em nossa caminhada para Compostela, reiteradamente, inteiramo-nos das origens, escolaridade e padrão de vida dos inúmeros proprietários dos pequenos negócios que pululam à beira do percurso, para sermos assolados pelo desgosto de vermos a distância abissal existente entre o que somos e o que poderíamos ser, se outro fosse o nível da educação de nossa gente.

CCB Brasil S/A Crédito Financiamentos e Investimentos

CNPJ/MF: 92.764.489/0001-96 - NIRE: 35300396073

Ata da 9ª Assembleia Geral Ordinária em 31/07/2020

1. Data, Horário e Local: Realizada em 31/07/2020 às 16h, na sede da CCB Brasil S/A Crédito Financiamentos e Investimentos, na Avenida Paulista, 283, Conjuntos 151 e 152, CEP 01311-000, São Paulo/SP. **2. Convocação:** Dispensada publicação do edital de convocação, nos termos do § 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."), tendo em vista a presença do acionista representando a totalidade do capital social, conforme assinatura constante do Livro de Presença de Acionistas. **3. Publicações:** O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31/12/2019, elaboradas em versões BRGAAP, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sem ressalvas, conforme aprovado em reunião da Diretoria realizada em 27/03/2020, fazendo constar que foram publicados em 28/03/2020 nos jornais "Valor Econômico", nas páginas C26 a C27, e no "DOESP - Caderno Empresarial", nas páginas 141 a 143, na forma exigida pelo artigo 133, caput, da Lei das S.A. **4. Presença:** Presente o acionista representando 100% do capital votante, conforme assinatura constante do "Livro de Presenças dos Acionistas". **5. Mesa:** Presidência pelo Yongdong Jiang e secretariado pelo Sr. Carlos José Roque. **6. Ordem do Dia:** (a) a eleição de membros da Diretoria; (b) as contas dos administradores, o relatório da administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2019 apresentadas pela Diretoria em conjunto com o relatório elaborado pela PricewaterhouseCoopers; (c) as destinações elencadas nos artigos 193 e 194 da Lei nº 6.404/76 e artigos 16º e 18º do Estatuto Social; e (d) o pagamento de remuneração para membros da Diretoria no ano de 2020. **7. Deliberações:** Após análise e discussões relacionadas a matéria constante da Ordem do Dia, o acionista presente aprovou, sem quaisquer ressalvas ou restrições: **7.a.1.** Aprovar a reeleição dos seguintes membros para compor a Diretoria, para um novo mandato que se estenderá até a realização da AGO que aprovar as Demonstrações Financeiras de 2021 (AGO 2022). O Sr. **Yongdong Jiang**, chinês, casado, engenheiro, RNE G 148734-F, CPF/MF nº 707.409.071-90, no cargo de Diretor Presidente e o Sr. **Carlos José Roque**, brasileiro, divorciado, contador, RG nº 11.133.755-0, CPF/MF nº 030.077.138-03, no cargo de Diretor Vice-Presidente, ambos residentes e domiciliados em São Paulo/SP, com endereço comercial na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 4.440, 5º andar. Os membros da Diretoria eleitos declaram, sob as penas da Lei, não estarem impedidos de exercer a administração da Companhia em razão de condenação em crimes, em especial aqueles mencionados no artigo 146 e 147 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei nº 6.404/76") e na regulamentação vigente, bem como atende aos requisitos estabelecidos na Resolução nº 4.122 de 02/08/2012, do CMN, editada pelo BCB, para o exercício dos cargos para os quais foram indicados. A posse e exercício das funções dos membros da Diretoria eleitos na presente Assembleia fica condicionada as assinaturas do termo de posse, o qual deverá conter as declarações previstas no Artigo 147 da Lei nº 6.404/76; A remuneração dos membros da Diretoria será praticada em conformidade com a Política de Remuneração do Grupo CCB Brasil. **7.a.2.** Autorizar os representantes legais da Companhia tomarem as providências necessárias a fim de efetivar a eleição acima. **7.b.** Uma vez tomadas às contas da Diretoria, o acionista decide **aprovar** as Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2019, em conjunto com o Relatório Elaborado pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes; **7.c. aprovar** a proposta da Administração, para a destinação do prejuízo apurado no exercício, no valor de **R\$36.527.344,97**, destinado à conta de prejuízos acumulados da Companhia, conforme registrado nas demonstrações financeiras. Tendo em vista que a Companhia apurou prejuízo no exercício social findo em 31/12/2019, não haverá distribuição de dividendos e demais proventos aos acionistas, nos termos do artigo 201 da Lei das S.A.; e **7.d. Aprovar** a fixação do valor de até **R\$352.560,44** como remuneração anual global dos membros da Diretoria para o ano de 2020. Após a deliberação dos assuntos constantes da Ordem do Dia, o Sr. Presidente solicitou o registro de que, para o exercício de 2020, não foi requerida a instalação do Conselho Fiscal na forma do Artigo 161, § 2º, da Lei das S.A. e conforme previsto no Artigo 11º do Estatuto Social. **8. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo qualquer outra manifestação, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que, lida, conferida e aprovada, foi assinada. **Acionista Presente:** China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A - representado por seus diretores Carlos José Roque e Claudio Augusto Rotolo. São Paulo, 31/07/2020 (a.a.) Yongdong Jiang - Presidente / Carlos José Roque - Secretário. Confere com a original lavrada em livro próprio as fls. 28 a 30. **Yongdong Jiang** - Presidente; **Carlos José Roque** - Secretário. **Acionista:** China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A - Carlos José Roque - Diretor Executivo e **Claudio Augusto Rotolo** - Diretor Executivo. JUCESP nº 264.284/21-5 em 03/06/2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Vila Rio Grande do Norte 1 Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ/ME nº 29.401.264/0001-39 - NIRE 35.300.512.341

Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 30/04/2021

1. Data, Hora e Local: 30/04/2021, às 08h30min, na sede social da Companhia, em São Paulo/SP, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 4º andar, Jardim Paulistano, CEP 01452-001. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação em virtude da presença de acionista representando 100% do capital social da Companhia, nos termos do artigo 124, § 4º da Lei 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."), conforme assinatura constante no Livro de Presença de Acionistas. **3. Mesa:** Presidente: Liu Gonçalves de Aquino, Secretário: Mario Harry Lavoura. **4. Ordem do Dia:** (i) Ratificar a aprovação quanto à alteração do jornal em que são realizadas as publicações da Companhia, nos termos da legislação em vigor; (ii) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar sobre a aprovação do Relatório Anual da Administração, bem como das Demonstrações Financeiras e Contábeis, referentes ao exercício social findo em 31/12/2020, devidamente publicadas nas edições de 27/04/2021 do DOE/SP e do Jornal Diário de Notícias; (iii) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido da Companhia, apurado no exercício social de 2020; e (iv) Deliberar sobre a proposta de remuneração global dos administradores para o exercício social de 2021. **5. Deliberações:** Dando início aos trabalhos, o Presidente da Mesa esclareceu que a ata da presente assembleia seria lavrada em forma sumária, contendo apenas a transcrição das deliberações tomadas, conforme faculta o artigo 130, § 1º, da Lei das S.A. Em seguida, por Echoenergia Participações S.A., única acionista da Companhia, foi deliberado sobre as matérias constantes da ordem do dia, sem quaisquer restrições e/ou ressalvas, da seguinte forma: (i) A acionista ratifica, neste ato, a aprovação para a realização das publicações da Companhia, nos termos da legislação em vigor, no Jornal Diário de Notícias, além daquela realizada no respectivo DOE; (ii) Foram aprovados integralmente o Relatório Anual da Administração e as contas da Companhia, na forma consignada nas Demonstrações Financeiras e Contábeis referentes ao exercício social findo em 31/12/2020, devidamente publicadas em seu formato reduzido, cuja autorização é ratificada neste ato pela acionista, na edição de 27/04/2021 do DOE/SP, à página 102, e da edição de 27/04/2021 do Diário de Notícias, à página 7, e, após apresentados à Assembleia Geral, ficam arquivados na sede social da Companhia; (iii) Foram apurados lucros referentes ao exercício encerrado em 31/12/2020, no montante de R\$ 1.665.000,00, sendo aprovada a proposta de destinação dos referidos recursos, da seguinte forma: **a)** R\$ 74.000,00 para constituição de reserva legal; **b)** R\$ 398.000,00 para distribuição de dividendo mínimo obrigatório; **c)** R\$ 1.014.000,00 para reserva de retenção de lucros; e **d)** R\$ 179.000,00 para absorção de prejuízos acumulados. (iv) Foi aprovada a proposta de remuneração dos integrantes da Diretoria da Companhia para o exercício de 2021, destinando-se, para tanto, verba global e anual no valor acordado entre os membros da Diretoria; **6. Encerramento, Lavratura e Aprovação da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a presente AGO da Companhia, depois de lavrada a presente ata que, lida e achada conforme, vai assinada por todos os presentes. **Mesa:** Liu Gonçalves de Aquino (Presidente da Mesa) e Mario Harry Lavoura (Secretário da Mesa). **Acionista:** Echoenergia Participações S.A., neste ato representada por Liu Gonçalves de Aquino e Lara Monteiro da Silva. Liu Gonçalves de Aquino (Presidente da Mesa) e Mario Harry Lavoura (Secretário da Mesa) certificam que a presente ata é cópia fiel da original lavrada em livro próprio. São Paulo, 30/04/2021. JUCESP nº 254.046/21-6 em 28/05/2021.

Operan Resíduos Industriais S.A.

CNPJ/ME nº 07.234.499/0001-40 - NIRE 35.300.438.922

Ata da Assembleia Geral Extraordinária em 01/05/2021

1. Local, Dia e Hora: Na sede da Companhia, Barueri/SP, às 10h30 do dia 01/05/2021. **2. Convocação e Publicações:** Formalidades de convocação dispensadas pela presença da totalidade dos acionistas. **3. Presença:** Totalidade do capital social. **4. Mesa:** Presidente: Claudio Giannella, Secretária: Bruna Pellicciotta. **5. Ordem do Dia:** (a) a aprovação do "Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da SCA Tratamento Ambiental para Efluentes e Resíduos Ltda. pela Operan Resíduos Industriais S.A.", celebrado nesta data pelas administrações da Companhia e da SCA Tratamento Ambiental para Efluentes e Resíduos Ltda., com sede em Indaiatuba/SP, na Rua Mafalda Barnabé Soliani, nº 339, Comercial Vitória Martini, CEP 13347-610, CNPJ/ME nº 14.444.546/0001-46 ("SCA"), o qual consubstancia os termos, cláusulas e condições da incorporação da SCA pela Companhia ("Protocolo e Justificação"); (b) a ratificação da nomeação e contratação da **Account Assessores S/S Ltda.**, com sede em Barueri/SP, na Avenida Andrômeda, nº 885, 35º andar, sala 3523, Alphaville, CEP 06473-000, CNPJ/ME nº 96.513.015/0001-22, CRC/SP nº 2SP017202/O-2 ("Empresa Avaliadora"), como empresa especializada responsável pela elaboração do laudo de avaliação contábil do patrimônio líquido da SCA ("Laudo de Avaliação da SCA"), para fins da incorporação da SCA pela Companhia; (c) a aprovação do Laudo de Avaliação da SCA elaborado pela Empresa Avaliadora; (d) a aprovação da incorporação da SCA pela Companhia, nos termos e condições do Protocolo e Justificação ("Operação"); (e) a autorização para que os administradores pratiquem todos os atos necessários para a efetivação das deliberações acima. **6. Deliberações Tomadas:** Preliminarmente, os acionistas aprovaram que a presente ata fosse lavrada na forma sumária, conforme autorizado pelo artigo 130, §1º, da Lei das S.A. Após examinadas e discutidas as matérias constantes da ordem do dia, as seguintes deliberações foram tomadas pelos acionistas, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas: (a) Aprovar os termos e condições do Protocolo e Justificação, o qual prevê a incorporação da SCA pela Companhia, consubstanciando as justificativas, os termos, as cláusulas e condições da Operação e que passa a fazer parte integrante da presente ata. (b) Aprovar a ratificação da nomeação e contratação da Empresa Avaliadora para a elaboração do Laudo de Avaliação da SCA, composto pela totalidade dos elementos ativos e passivos escriturados e avaliados da SCA, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. (b.1) Nos termos da legislação vigente, a Empresa Avaliadora oportunamente declarou: (i) não ser titular, direta ou indiretamente, de qualquer valor mobiliário ou derivativo referenciado em valor mobiliário de emissão da SCA e/ou da Companhia; (ii) não ter conflito de interesses que lhe diminua a independência necessária ao desempenho de suas funções; e (iii) que não teve, pela SCA e/ou pela Companhia, seus controladores e/ou administradores, qualquer tipo de limitação à realização dos trabalhos necessários. (c) Aprovar os laudos de avaliação elaborado pela Empresa Avaliadora com base no critério indicado no Laudo de Avaliação da SCA, na data base de 28/02/2021 ("Data Base"), anexo ao Protocolo e Justificação como seu Anexo I. (d) Aprovar a incorporação da SCA pela Companhia, nos exatos termos e condições previstos no Protocolo e Justificação, com a consequente extinção da SCA para todos os fins e efeitos de direito, sem a necessidade de procedimento de liquidação, bem como a sua sucessão, pela Companhia, a título universal, em relação a todos os direitos, pretensões, facultades, poderes, imunidades, ações, exceções, deveres, obrigações, sujeições, ônus e responsabilidades de titularidade da SCA. (d.1) A incorporação da SCA pela Companhia, conforme Protocolo e Justificação, não acarretará aumento do capital social da Companhia, uma vez que esta é titular, nesta data, da totalidade de quotas de emissão da SCA, representativas de 100% do capital social total e votante da SCA. (e) Autorizar a administração da Companhia a tomar todas e quaisquer medidas necessárias para a implementação das deliberações ora aprovadas, incluindo, sem a tanto se limitar, levar esta ata a registro e publicá-la nos órgãos e veículos de divulgação competentes. **7. Encerramento:** Nada mais. **Acionistas:** Antonio Carlos Taranto; Luiz Pannuti Carra; Oper Participações Ltda., representada por Lucas Giannella. São Paulo, 01/05/2021. **Mesa:** Bruna Pellicciotta - Secretária. JUCESP nº 257.034/21-3 em 02/06/2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

CRUZEIRO DO SUL EDUCACIONAL S.A.

CNPJ nº 62.984.091/0001-02 - NIRE 35.300.418.000 - Companhia Aberta

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL

EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 13 DE JULHO DE 2021
Convocamos os senhores acionistas da **Cruzeiro do Sul Educacional S.A.**, sociedade por ações aberta, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Cesário Galeno, nº 432 a 448, bairro Tatapé, CEP 03071-000, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 35.300.418.000 e no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o nº 62.984.091/0001-02, registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") como companhia aberta categoria "A" sob o código 2552-6 ("Companhia"), nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e dos artigos 3º e 5º da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 481"), a ser reunirem, **de modo exclusivamente digital**, em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 13 de julho de 2021, às 14 horas ("AGE"), na plataforma Zoom, a fim de discutir e deliberar sobre a seguinte matéria: (i) Eleição de membro do conselho de administração da Companhia, em substituição ao Prof. Hermes Ferreira Figueiredo, em face dos acontecimentos divulgados pela Companhia em Fato Relevante de 26 de abril de 2021; (ii) Alteração da redação do item (x) Artigo 3º do Estatuto Social da Companhia, para complementação e previsão expressa das atividades educacionais desenvolvidas e já abrangidas pelo objeto social atual; (iii) Alteração da redação do caput do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, a fim de ratificar o aumento de capital dentro do capital autorizado aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 09 de fevereiro de 2021; (iv) Alteração a redação do item (ix) do Parágrafo 1º, do item (i) do Parágrafo 2º e do item (iii) do Parágrafo 3º do Artigo 21 do Estatuto Social da Companhia, de forma a ajustar as atribuições do Diretor Presidente e do Diretor Financeiro e Administrativo da Companhia, na forma da Proposta da Administração, bem como demais ajustes de redação meramente formais; e (v) Consolidação do Estatuto Social da Companhia. **Participação dos Acionistas na AGE:** Diante da atual situação decorrente da pandemia do novo coronavírus (COVID-19) e das restrições impostas ou recomendadas pelas autoridades com relação a viagens, deslocamentos e reuniões de pessoas, a Companhia esclarece que a AGE será realizada de forma exclusivamente digital, conforme as instruções a seguir apresentadas. A participação digital por meio de sistema eletrônico na AGE será realizada pela plataforma Zoom e o acionista que assim desejar participar e votar deverá observar atentamente a todas as condições abaixo indicadas, em observância ao disposto na Instrução CVM 481. Para participarem, os acionistas deverão enviar solicitação por e-mail à Companhia para o endereço dri@cruzeirodosul.edu.br, até às 14:00 do dia 11 de julho de 2021, o qual deverá conter toda a documentação necessária (conforme especificada na Proposta da Administração) para permitir a participação do acionista na AGE. **As informações detalhadas relativas à participação na AGE por meio do sistema eletrônico estão disponíveis na Proposta da Administração que poderá ser acessada por meio da página eletrônica da Companhia (https://ri.cruzeirodosuleducacional.com.br).** Os acionistas que não enviarem a solicitação de cadastramento no prazo acima referido (ou seja, até às 14:00 de 11 de julho de 2021) não poderão participar da AGE. Caso o acionista que tenha solicitado devidamente sua participação digital na AGE não receba da Companhia o e-mail com as instruções para acesso e participação da AGE até às 14:00 do dia 12 de julho de 2021, deverá entrar em contato com a Companhia pelo telefone (11) 2178-1413 ou pelo e-mail dri@cruzeirodosul.edu.br, a fim de que lhe sejam reenviadas as respectivas instruções para acesso. Estarão à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia, na página de relações de investidores da Companhia (https://ri.cruzeirodosuleducacional.com.br) e na página da Comissão de Valores Mobiliários (www.gov.br/cvm), nos termos da Instrução CVM 481, a Proposta da Administração e a cópia dos demais documentos relacionados à matéria constante da ordem do dia da AGE. São Paulo, 09 de junho de 2021. **Wolfgang Stephan Schwerdtle** - Presidente do Conselho de Administração (09, 10 e 11/06/2021)

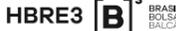
Bon Nome Solar S.A.

CNPJ/ME nº 32.267.722/0001-01 - NIRE 3530056215-1

Extrato da Ata de Assembleia Geral Extraordinária

Às 01º/05/2021, às 10h, na sede. **Presença:** Totalidade. **Mesa:** (i) Presidente: Pedro Cunha Fiúza; (ii) Secretário: Luciano Jun Fujii. **Deliberações:** Desdobrar, as 1.327.272 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, emitidas em 06/01/2021, ao preço de emissão de R\$11,00 cada, na proporção de onze ações ordinárias para cada uma e sem modificação do valor do capital social. As ações ordinárias decorrentes do desdobramento conferirão idênticos direitos atualmente assegurados pelo Estatuto Social da Companhia e pela legislação vigente. Aprovar o aumento do capital social da Companhia em R\$85.390.000,00, mediante a emissão de 85.390.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. As ações ordinárias desdobradas, na forma do item acima, serão detidas exclusivamente pelo acionista Mercury Renew Participações S.A., único acionista detentor de ações ordinárias da Companhia. As ações ordinárias emitidas, na forma do item acima, serão subscritas e integralizadas exclusivamente pelo acionista Mercury Renew Participações S.A. nos termos do Boletim de Subscrição com a expressa renúncia dos demais acionistas. Em decorrência das deliberações previstas nos itens acima, o Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia passa a ter a nova redação: Alterar os artigos 15 e 17 do Estatuto Social da Companhia, para prever que a Diretoria da Companhia será composta por 3 (três) Diretores: Acatar os pedidos de renúncia dos cargos de Diretor (i) do Sr. **Ralph Gustavo Rosenberg Whitaker Carneiro**, RG nº 24.742.742-1 SSP/SP, CPF/ME nº 287.228.168-10, do cargo de Diretor Presidente, (b) do Sr. **Pedro Luis Del Monaco de Paula Santos**, RG nº 435364595 SSP/SP, CPF/ME nº 335.190.508-46, do cargo de Diretor Técnico, (c) do Sr. **Luiz Carlos Mendes de Carvalho Passos**, RG nº 34261483-6 SSP/SP, CPF/ME 341.008.488-62, do cargo de Diretor Técnico, (d) do Sr. **José Antonio Caseiro Vicente**, RG nº 8324.001-9, CPF/ME nº 039.403.098-26, do cargo de Diretor Financeiro, e (e) da Sra. **Ana Paula Lourenço**, RG nº 18.433.094-4 SSP/SP, CPF/ME nº 092.612.138-39, do cargo de Diretora Jurídica, conforme Cartas de Renúncia. A Companhia e os diretores renunciantes outorgam-se a mais ampla, recíproca, geral, irrevogável e irretroatável quitação. Nomear, para um mandato de 2 anos a partir de data, o Sr. **Luciano Jun Fujii**, RG nº 34.016.475 SSP/SP, CPF/ME nº 226.405.818-80, para o cargo de Diretor Administrativo Financeiro, e alterar o cargo do Diretor, **Pedro Cunha Fiúza** de Diretor Administrativo para Diretor Presidente e o cargo do Diretor **Carlos Rogério Freire de Carvalho** de Diretor Técnico para Diretor de Implantação, conforme Termos de Posses. A Diretoria da Companhia passa a ser composta pelos seguintes Diretores: (i) **Diretor Presidente: Pedro Cunha Fiúza**, CPF/ME nº 618.346.373-68; (ii) **Diretor de Implantação: Carlos Rogério Freire de Carvalho**, CPF/ME nº 338.172.195-04; e (iii) **Diretor Administrativo Financeiro: Luciano Jun Fujii**, CPF/ME nº 226.405.818-80. Consolidar o Estatuto Social da Companhia. Nada mais. São Paulo, 01º/05/2021. **Mesa:** Pedro Cunha Fiúza - Presidente; Luciano Jun Fujii - Secretário. **JUCESP** nº 254.383/21-0 em 31/05/2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.





HBR REALTY EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.

Companhia Aberta

CNPJ nº 14.785.152/0001-51 - NIRE 3530046627-6
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE JANEIRO DE 2021

Data, Hora e Local: Às 8:30 horas do dia 11 de janeiro de 2021, na sede da HBR Realty Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Companhia"), localizada na Avenida Vereador Narciso Yague Guimarães, nº 1.145, 2º andar, Jardim Armênia, Helbor Concept - Edifício Corporate, cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, CEP 08.780-500. **Convocação e Presença:** Dispensadas todas as formalidades de convocação, nos termos do §4º do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas da Companhia, conforme assinaturas no Livro de Presença dos Acionistas. **Mesa:** Os acionistas indicaram o Sr. Henrique Borenstein para presidir a Assembleia, que, por sua vez, indicou o Sr. Henry Borenstein para secretariá-la. **Ordem do Dia:** Considerando a aprovação, nesta data, pelo Conselho de Administração da Companhia, da realização de uma oferta pública de distribuição primária de ações de emissão da Companhia com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 476, de 16 de janeiro de 2009 ("Instrução CVM 476") ("Oferta Restrita"), ratificar, na forma do artigo 9º-A, inciso II, da Instrução CVM 476, a realização da Oferta Restrita sem direito de preferência e sem a concessão de direito de prioridade aos acionistas da Companhia. **Deliberações:** Após analisar a o único item da ordem do dia, os acionistas deliberaram, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas, ratificar a deliberação tomada pelo Conselho de Administração nesta data, ficando aprovada a realização da Oferta Restrita sem direito de preferência e sem a concessão de direito de prioridade aos acionistas, na forma do artigo 9º-A, inciso II, da Instrução CVM 476. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos, para lavratura desta ata, que, lida, conferida e aprovada por unanimidade, sem restrições ou ressalvas, foi assinada pelos acionistas presentes. Declaro que os devidos fins que a presente é cópia fiel da ata original lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. Henry Borenstein - Secretário da Mesa. **JUCESP** nº 228.909/21-1 em 14/05/2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Indústrias Romi S.A.

CNPJ - 56.720.428/0014-88 - NIRE - 35.300.036.751

Companhia Aberta

Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 07/2021

1. Data, hora e local: 27 de abril de 2021, às 10h00, na sede de Indústrias Romi S.A. ("Companhia"), localizada na Rodovia Luis de Queiroz (SP-304), km 141,5, em Santa Bárbara d'Oeste, Estado de São Paulo. **2. Presenças:** A totalidade dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, representante da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes e membros do Comitê de Auditoria e Riscos. Reunião realizada via videoconferência nos termos do Artigo 24 do Estatuto Social. **3. Mesa:** Américo Emílio Romi Neto - Presidente e Daniel Antonelli - Secretário. **4. Deliberação:** Examinadas as matérias constantes na Ordem do Dia, os membros do Conselho de Administração, por unanimidade: **4.1. Aprovaram** as Informações Financeiras Trimestrais da Companhia referentes ao 1º trimestre do exercício social de 2021, encerrado em 31/03/2021, autorizando a sua divulgação. **4.2. Tomaram conhecimento** das atividades do Comitê de Auditoria e Riscos relativas ao 1º trimestre do exercício social de 2021, conforme reportado pelo seu Coordenador. **5. Encerramento:** Esta ata foi lida, aprovada e assinada por todos os membros do Conselho de Administração e pelo secretário. Santa Bárbara d'Oeste, SP, 27 de abril de 2021. **Daniel Antonelli - Secretário.** JUCESP nº 254.070/21-8 em 28/05/2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Instituto Sócrates Guanaes ISG/HRSJC

HRSJC - Hospital Regional de São José dos Campos

CNPJ nº 03.969.808/0010-60

ERRATA

Na publicação do Diário Oficial do Estado de São Paulo, 36 – São Paulo, 131 (68) 43 Diário Oficial Poder Executivo - Seção I sábado, 10 de abril de 2021, **DESCONSIDERAR** o quadro 598 - AH REG SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - Do relatório Contratado x Realizado

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 9 de junho de 2021 às 00:39:03

Comunicado

Em conformidade com a Lei Complementar 846, de 04-6-1998

Balancço Patrimonial - Instituto Sócrates Guanaes - ISG - Hospital Regional de São José dos Campos "Dr. Rubens Savastano"

Instituto Sócrates Guanaes - ISG/HRSJC
HRSJC - Hospital Regional de São José dos Campos

CNPJ nº 03.969.808/00010-60



Balancço patrimonial - Em 31 de dezembro de 2020 (Em reais)				Demonstração do resultado Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em reais)				Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em reais)			
Ativo	Nota	2020	2019		Nota	2020	2019			2020	2019
Circulante				Receitas com restrição				Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.087.339,05	77.419,60	Programa atividades de saúde	16	107.302.229,02	106.968.510,92	Superávit (déficit) do exercício		-	-
Contratos de gestão e convênios	5	4.709.690,71	10.744.089,69	Outras Receitas com restrição				Ajustes para conciliar o superávit ao caixa oriundo das atividades operacionais			
Estoques	6	3.183.475,90	1.760.622,86	Outras receitas atividade de saúde	17	258.250,38	81.055,46	Depreciação		-	-
Outros Créditos	7	233.226,84	169.387,20	Custos com programa				Variações nos ativos e passivos			
Despesas Antecipadas	8	318.371,34	342.841,57	Programa atividades de saúde	18	(96.913.821,94)	(93.900.434,25)	Contratos de gestão e convênios		6.038.169,99	(4.622.890,37)
		<u>12.532.103,84</u>	<u>13.094.360,92</u>	Superávit bruto		<u>10.646.657,46</u>	<u>13.149.132,13</u>	Estoques		(1.422.853,04)	(620.011,32)
Total do ativo		12.532.103,84	13.094.360,92	Despesas operacionais atividade de saúde	19			Adiantamentos a fornecedores		(63.334,36)	100.250,47
Ativo compensado	10	<u>3.006.174,56</u>	<u>31.199,93</u>	Com pessoal	19.1	(2.711.026,44)	(2.909.155,22)	Outros Valores Receber		-	(3.771,01)
Total do ativo e do ativo compensado		15.538.278,40	13.125.560,85	Serviços prestados por terceiros	19.2	(5.250.157,25)	(5.213.257,04)	Créditos de Empregados		(4.223,99)	(160.376,51)
Passivo				Gerais e administrativas	19.3	(2.698.608,95)	(5.048.562,49)	Impostos e Contribuições a Recuperar		(52,30)	(4.640,88)
Circulante				Tributárias	19.4	(38.401,70)	(49.805,11)	Despesas antecipadas		24.470,23	(50.860,53)
Fornecedores	11	6.328.333,74	5.837.844,60			<u>(10.698.194,34)</u>	<u>(13.220.779,86)</u>	Depósitos em caução		-	6.150,00
Salários e encargos sociais	12	5.378.959,21	4.714.617,50	Déficit antes do resultado financeiro				Partes relacionadas - a receber		-	8.234,95
Obrigações tributárias	13	638.535,65	566.204,72	Resultado financeiro atividade de saúde	20			Fornecedores		490.489,14	677.313,37
Outros passivos	14	120.661,25	815.813,52	Receitas financeiras		79.071,37	86.796,05	Salários e encargos sociais		77.295,94	1.262.857,75
		<u>12.466.489,85</u>	<u>11.934.480,34</u>	Despesas financeiras		(27.534,49)	(15.148,32)	Obrigações tributárias		66.441,99	(119.204,30)
Não Circulante				Superávit (déficit) do exercício		<u>(0,00)</u>	<u>(0,00)</u>	Contingências Trabalhistas		65.613,99	
Partes relacionadas	9	-	1.159.880,58					Partes relacionadas - a pagar		(1.159.880,58)	1.158.997,01
Contingências Trabalhistas	15	65.613,99	-					Outros passivos		(102.217,56)	810.467,98
		<u>65.613,99</u>	<u>1.159.880,58</u>					Caixa e equivalentes de caixa líquidos aplicados nas atividades operacionais		4.009.919,45	(1.557.483,39)
Patrimônio social								Aumento (Diminuição) no caixa e equivalentes de caixa		4.009.919,45	(1.557.483,39)
Superávit acumulado		-	-					Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		77.419,60	1.634.902,99
		<u>-</u>	<u>-</u>					Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		<u>4.087.339,05</u>	<u>77.419,60</u>
Total do passivo		12.532.103,84	13.094.360,92								
Passivo compensado	10	<u>3.006.174,56</u>	<u>31.199,93</u>								
Total do passivo e patrimônio líquido e passivo compensado		15.538.278,40	13.125.560,85								

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em reais)

Sem movimento

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (em reais)

1. Contexto operacional: O Instituto Sócrates Guanaes - ISG é uma Associação Civil, de direito privado, sem fins lucrativos e econômicos, qualificada como Organização Social, fundada em 13 de julho de 2000, com sede e foro em Salvador, Estado da Bahia, e tem por objetivo a realização de atividades ligadas à promoção e participação ativa nas ações de ensino e pesquisa, promoção e desenvolvimento de tecnologia em gestão voltada para valorização da ética e princípios humanísticos vinculados à medicina e outras áreas da saúde. Especializada em gestão de serviços de saúde seja ela pública ou privada, utilizando-se de técnicas inovadoras de gestão e equipe altamente qualificada, vem transformando a realidade de atendimento à saúde por onde passa. Recentemente, o Governo de Estado de São Paulo, mais especificamente a SES-SP - Secretaria Estadual de Saúde de São Paulo, com intuito de aperfeiçoar o atendimento prestado aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) garantindo ao usuário qualidade na assistência em suas unidades, aderiu ao modelo de terceirização da gestão de saúde, atribuindo esta função às OSS - Organizações Sociais ligadas a Saúde. Com isso, o ISG foi convidado a fazer parte de nova metodologia de gestão de saúde implantada pelo Governo de São Paulo, sendo escolhido em processo licitatório para administrar uma das mais importantes unidades de saúde do estado, o HRSJC - Hospital Regional de São José dos Campos, localizado na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo. Por meio do Conselho deliberativo do ISG Sede, foi criada uma Filial ISG no local, justamente para aplicar as metodologias de gestão na unidade HRSJC, atendendo inicialmente as regras definidas no contrato de gestão nº 001.005.000038/2017, e seus respectivos termos aditivos.

2. Base de preparação: **2.1. Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC:** As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), consubstanciadas, principalmente, no que tange à Interpretação Técnica ITG 2002 (R1), aplicáveis às Entidades sem finalidade de lucros, aprovada pela Resolução CFC 1.409/2012, na Norma Brasileira de Contabilidade TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais, aprovada pela Resolução CFC 1.305/2010, cujas sínteses estão demonstradas a seguir. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, sendo que os ativos e passivos financeiros estão mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo, nos casos aplicáveis. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Instituto. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de

ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3. Principais políticas contábeis: As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis. **3.1. Instrumentos financeiros:** **a) Ativos financeiros não derivativos:** O Instituto tem como ativos financeiros não derivativos caixa e equivalentes que são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Caixa e equivalentes de caixa estão representados por saldos de bancos e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com prazos de vencimentos inferiores a 90 dias, que são prontamente conversíveis em numerário. O valor de recebíveis de contratos de gestão, são recursos com restrição em detrimento de cláusulas contratuais e refere-se a valores já aplicados às atividades sociais do Instituto (custos e/ou despesas - regime de competência), para os quais ainda não houve a contrapartida da subvenção, que devem ser realizadas nos primeiros meses de 2021, conforme previsto no Contrato de Gestão 001.0500.000.038/2017, e seus respectivos termos aditivos. **b) Passivos financeiros não derivativos:** Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Em 31 de dezembro de 2020, os passivos financeiros não derivativos do Instituto estavam representados por fornecedores, impostos, contribuições e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são registrados pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. **3.2. Ativo imobilizado:** **a) Reconhecimento e mensuração:** O Instituto Sócrates Guanaes, por meio do contrato de gestão nº 001.005.000038/2017, e seus respectivos termos aditivos, administra o Hospital Regional São José dos Campos - HRSJC e todos os bens cedidos e/ou adquiridos com recursos do contrato, caso existam. Pelo novo entendimento à regra contábil, esses bens deixam de ser registrados no imobilizado e no intangível. O contrato de gestão define que tais bens são do Estado e que ao final do contrato estes serão devolvidos a Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo - SES-SP. Os bens adquiridos no decurso do exercício, caso existam passaram a ser registrados em contas de controle "contas de compensação". Estes bens, por sua vez, continuam, apenas, sendo registrados pelo custo histórico de aquisição. **b) Depreciação:** A depreciação, cuja regra define que deve ser calculada pela estimativa de vida útil, caso existam, deixa de ser aplicada aos bens adquiridos com recursos do contrato de gestão, em virtude de estes não serem de propriedade do Instituto

Sócrates Guanaes, mas, sim, do Estado de São Paulo. **3.3. Redução ao valor recuperável ("impairment"):** O valor contábil do ativo imobilizado, quando existente, é revisado a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Contudo em virtude do novo entendimento à regra contábil, os bens adquiridos com recursos do contrato de gestão nº 001.005.000038/2017, e seus respectivos termos aditivos, deixam de ser registrados no imobilizado e no intangível do Instituto, conforme informado no item 3.2 acima descrito. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Não houve indicação de perda no valor recuperável dos valores contábeis do ativo imobilizado do Instituto em 31 de dezembro de 2020. **3.4. Estoques:** Os estoques, quando existentes, são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação dos estoques, usando-se o custo médio ponderado móvel e, em geral, compreendem os insumos de utilização na operação do Instituto (materiais hospitalares, medicamentos, materiais de consumo etc.). **3.5. Patrimônio Líquido:** O Instituto aplica integralmente, na forma da legislação aplicável, seus recursos na manutenção de seus objetivos. **3.6. Apuração do resultado:** As receitas e despesas são reconhecidas, mensalmente, respeitando os princípios Fundamentais de Contabilidade, em especial os Princípios da Oportunidade e da Competência. No que se refere às subvenções para custeio e investimento, estas são apropriadas em conta do passivo, enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado. **3.7. Tributação:** O Instituto é uma entidade sem fins lucrativos, isenta de recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit, por isso nenhum imposto, sobre o lucro, foi provisionado no passivo, em face do benefício fiscal aqui descrito. A base de cálculo, para apuração do PIS, é o valor da folha de pagamento. O percentual aplicado para a apuração do PIS é de 1% sobre o valor da folha. Quando existir valor a ser apurado, este é recolhido mensalmente.

	2020	2019
Caixa e bancos	1.655,66	1.571,76
Aplicações financeiras (i)	4.085.683,39	75.847,84
	<u>4.087.339,05</u>	<u>77.419,60</u>

(i) As aplicações financeiras referem-se substancialmente a renda fixa no Banco do Brasil, remuneradas a taxas de mercado. Esses saldos consistem em valores de liquidez imediata, com o propósito de honrar compromissos, no curto prazo, rapidamente conversíveis em dinheiro e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Cada recurso recebido em razão do convênio é alocado em contas-correntes que foram criadas especificamente para geri-lo e aplicá-lo devidamente. Porém, o ISG é responsável pela aplicação destes recursos e todos eles estão sujeitos a restrições e/ou vinculação por parte do contratante.

Certificação Digital Imprensa Oficial

Segurança e agilidade na administração da sua empresa.

- Substituição dos documentos em papel pelo equivalente eletrônico conservando sua validade jurídica
- Assinatura digital de documentos
- Transações eletrônicas seguras
- Adequação às exigências da Receita Federal
- Emissão de procurações eletrônicas de qualquer lugar do mundo

www.imprensaoficial.com.br

io | certificação digital

SAC 0800 01234 01

imprensaoficial

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

HRSJC - Hospital Regional de São José dos Campos

5. Demonstrativo do Contrato de Gestão:

Ano	Custo			Reconh. Custo		Saldo Sub. a Executar		Saldo Acum. Sub.		Saldo Acumulado		Saldo Sub. Acumulada	
	Subvenção Recebida (+)	Rendimento aplicação (+)	Imobilizado (-)	Outras Receitas (+)	de Glosa e Ajustes (-)	Custos Realizados (-)	(Passivo) ou a Receber (Ativo)	Subvenção Previsão Anual	a Receber Conforme Cronograma Anual	Valor do Contrato/Aditivo	de Subvenção a Receber	a Executar (Pos.) ou Déficit (Neg.)	
2017	1.100.667,62	122,32	-	-	-	-	1.100.789,94	1.100.667,62	-	431.848.391,30	430.747.723,68	431.848.513,62	
2018	54.798.159,68	288.810,05	-	173.612,21	-	62.482.571,20	(6.121.199,32)	54.798.159,85	0,17	-	375.949.564,00	369.828.364,68	
2019	101.829.000,00	85.495,88	31.199,93	81.605,63	(530.943,87)	107.118.735,82	(10.744.089,69)	101.829.000,00	0,17	5.841.877,32	279.962.441,32	269.218.351,63	
2020	113.336.328,00	78.992,22	-	258.629,53	-	107.639.550,77	(4.709.690,71)	207.323.450,68	93.987.122,85	111.336.328,00	277.962.441,32	273.252.750,61	

Os valores apresentados nesse demonstrativo referem-se às parcelas a serem executadas, previstas no Contrato de Gestão nº 001.0500.000.038/2017, e seus respectivos termos aditivos, firmado entre a SES-SP - Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo e o Instituto, para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde no HRSJC, em São José dos Campos - SP. Conforme descrito na coluna "Saldo Sub. a Executar (Passivo) ou a Receber (Ativo)" no valor de R\$ 4.709 milhões, refere-se a valores já aplicados às atividades sociais do Instituto (custos e/ou despesas - regime de competência), para os quais ainda não houve a contrapartida da subvenção, que devem ser realizadas nos primeiros meses de 2021, conforme previsto no Contrato de Gestão nº 001.0500.000038/2017 ISG-HRSJC, e seus respectivos termos aditivos. Conforme descrito na coluna "Saldo Acumulado de Subvenção a Receber" e levando em consideração a previsão descrita no Contrato de Gestão, e demais aditivos o valor global a ser repassado a título de Subvenções em 31/12/2020 é de R\$ 277.962 milhões até a conclusão do contrato (prevista para 11/12/2022). Conforme descrito na coluna "Saldo Sub. Acumulada a Executar (Pos.) ou Déficit (Neg.)" a Entidade possui o saldo de R\$ 273.252 milhões para o reconhecimento da receita, tendo como contrapartida os custos/despesas equivalentes, limitando-se ao valor do lastro contratual.

6. Estoque: Em 31 de dezembro de 2020, o estoque apresenta o saldo de R\$ 3.183.475,90 e está apresentado pelo valor de custo médio de aquisição.

	2020	2019
Estoque	3.183.475,90	1.760.622,86
	3.183.475,90	1.760.622,86

7. Outros Créditos:

	2020	2019
Adiantamentos a fornecedores	63.933,16	598,80
Outros Valores Receber	-	3.771,01
Créditos de Empregados (i)	164.600,50	160.376,51
Impostos e Contribuições a Recuperar	4.693,18	4.640,88
	233.226,84	169.387,20

(i) Refere-se a antecipação de Férias de colaboradores, conforme preceitos da legislação trabalhista.

8. Despesas Antecipadas:

	2020	2019
Prêmios de Seguros	8.190,76	8.175,89
Vale-Transporte	22.177,91	26.771,79
Vale-Refeição/Vale-Alimentação	288.002,67	307.893,89
	318.371,34	342.841,57

9. Partes relacionadas:

	2020	2019
Partes Relacionadas	0,00	1.159.880,58
	0,00	1.159.880,58

Refere-se a pagamentos da Folha do HRSJC, pagos com recursos da unidade HRJR.

10. Ativo/Passivo Compensado: O grupo de contas do Ativo e do Passivo compensado refere-se aos bens patrimoniais cedidos pela SES-SP, quando aplicável, os adquiridos com recursos do contrato de gestão, e seus respectivos termos aditivos, além dos possíveis bens recebidos como doação, quando aplicável, que devem ser incorporados ao patrimônio da SES-SP, durante a vigência do contrato de gestão, firmado com o Estado de São Paulo, para auxiliar a prestação dos serviços propostos, além de informações provenientes de aquisições de insumos para enfrentamento da pandemia do covid-19, apresentadas os seguintes saldos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

Custo	Móveis e Utensílios Equipamentos		Máquinas e Direito de Uso de Software		Total
	2020	2019	2020	2019	
Em 31/12/2019	16.041,93	6.044,00	9.114,00	31.199,93	
Adição	0,00	0,00	0,00	0,00	
Em 31/12/2020	16.041,93	6.044,00	9.114,00	31.199,93	

Enfrentamento COVID 19

	2020	2019
	2.974.974,63	0,00
	2.974.974,63	0,00

11. Fornecedores:

	2020	2019
Fornecedores de bens e mercadorias (i)	2.228.104,09	2.015.431,50
Fornecedores de serviços (ii)	4.100.229,65	3.822.413,10
	6.328.333,74	5.837.844,60

(i) Os fornecedores de bens e mercadorias são decorrentes de aquisições, em sua grande maioria, de medicamentos, material médico hospitalar, gases medicinais e outros insumos. (ii) Os fornecedores de serviços, que representam o total de serviços contratados (inclusive serviços médicos e

hospitalares) são necessários a atividade operacional para atendimento ao contrato de gestão 001.005.000038/2017, e seus respectivos termos aditivos, ISG-HRSJC.

12. Salários e encargos sociais: As obrigações são decorrentes basicamente das folhas de pagamentos do Instituto e estão assim apresentadas:

	2020	2019
Salários a pagar	1.433.270,69	1.364.620,11
INSS	641.019,81	650.627,69
FGTS	212.606,98	208.628,48
Provisões férias e encargos	3.082.620,37	2.489.685,66
Outros	9.441,36	1.055,56
	5.378.959,21	4.714.617,50

13. Obrigações tributárias:

	2020	2019
Imposto de renda retido na fonte	238.846,12	211.858,80
PIS / COFINS e CSLL retidos de terceiros	364.404,20	294.444,94
ISS retido de terceiros	38,50	6,64
PIS sobre folha de pagamento	35.246,83	59.894,34
	638.535,65	566.204,72

14. Outros passivos:

	2020	2019
Medicamentos Recebidos de Terceiros	75.697,75	12.544,38
Provisão de Serviços Prestados	44.963,50	803.269,14
	120.661,25	815.813,52

15. Contingência:

	2020	2019
Contingências Trabalhistas	65.613,99	0,00
	65.613,99	0,00

A Entidade possui ações perante os tribunais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões judiciais. Sendo que R\$ 65.613,99 se refere ao valor de contingências cíveis consideradas de perda provável, sendo reconhecidas no resultado do período de acordo com o relatório de advogados. Contudo, em atendimento a NBC TG 25 (R2), a Entidade deve comunicar a existência de processos judiciais em trâmite, os quais são considerados, pelo departamento jurídico, como prováveis e possíveis perdas. Neste sentido, foram identificados pelo departamento jurídico da entidade, valores classificados como possível perda no montante de R\$ 148.405,00.

	2020	2019
Ações Prováveis	3	0
Ações Possíveis	8	0
	11	0

16. Receitas operacionais - com restrição:

	2020	2019
Programa Atividades de Saúde	107.302.229,02	106.968.510,92
	107.302.229,02	106.968.510,92

A receita de subvenção é realizada em razão da execução do contrato de gestão nº 001.005.000038/2017, e seus respectivos termos aditivos, firmado com a SES-SP - Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, sendo em 31 de dezembro de 2020, R\$ 107.302.229,02 registrado como receita de subvenção para custeio, na área de saúde.

17. Outras Receitas com restrição atividade de saúde:

	2020	2019
Contribuições e Doações	258.250,38	76.081,71
Outras Receitas	-	4.973,75
	258.250,38	81.055,46

18. Custos com programa de atividades de saúde:

	2020	2019
Custo de pessoal próprio (i)	33.117.228,26	32.148.043,86
Custos de serviços assistências e de apoio (ii)	45.463.577,12	46.190.809,67
Materiais médicos e hospitalares	6.505.216,54	3.774.248,84
Medicamentos	4.434.168,08	3.361.242,68
Órtese e Prótese	7.020.429,67	8.085.551,49
Materiais de uso e consumo	362.376,35	287.996,35
Impostos, Taxas e Contribuições	10.825,92	21.341,43
Investimentos	0,00	31.199,93
	96.913.821,94	93.900.434,25

(i) Os custos de pessoal próprio compõem os gastos com as remunerações, encargos e benefícios dos funcionários. (ii) Os custos de serviços assistenciais e de apoio são compostos por gastos com Serviços de Manutenção, Locação, Serviços Médicos, laboratoriais entre outros serviços prestados por terceiros.

19. Despesa Operacionais atividade de saúde:

	2020	2019
Salários	1.570.037,47	1.528.922,47
Horas Extras	18.565,93	3.425,68
Adicionais	14.423,08	12.253,82
Férias	190.066,95	183.685,32
13º salário	145.001,18	135.290,04
Aviso Prévio	12.426,79	11.943,80
D.S.R	3.273,08	228,43
Auxílio Educação	8.703,39	5.672,47
Benefícios (i)	604,13	346.726,03
Encargos sobre a folha	735.432,97	681.007,16
Outras Despesas com Pessoal (ii)	12.491,47	0,00
	2.711.026,44	2.909.155,22

(i) Os benefícios são compostos por vale-transporte, vale alimentação/Refeição e assistência médica pagos os funcionários. (ii) Os gastos com outras despesas com pessoal compõem os gastos com indenizações.

19.2 Serviços Prestados por Terceiros:

	2020	2019
Serviços Advocatícios	93.038,29	30.000,00
Serviços de Consultoria (i)	2.481.206,11	1.653.461,23
Serviços de Contabilidade	159.151,48	238.421,34
Serviços Especializados em TI	547.585,47	337.520,65
Serviços de Assessoria de Processos (ii)	0,00	885.601,56
Serviços de RH	484.731,64	482.361,65
Serviços Gráficos	63.903,80	110.180,07
Despesas Corporativas (iii)	1.356.472,12	1.405.504,04
Outros Serviços (iv)	64.068,34	70.206,50
	5.250.157,25	5.213.257,04

(i) Os serviços de consultoria são compostos por prestadores de serviços que gerem a qualidade da operação do hospital, prestadores que controlam o atendimento e orientam os médicos e serviços de acompanhamento educacional e metodológico. (ii) Os serviços de Assessoria em processos são aqueles de apoio administrativo, controle de custos, acompanhamento da plataforma de compras, entre outros. (iii) As despesas corporativas, são compostas por gastos com funcionários, que prestam serviços para todas as unidades do ISG, portanto cada hospital paga a parte proporcional as horas técnicas aplicadas para cada unidade. (iv) Outros serviços compõem os gastos com manutenção em geral, auditoria, cursos e treinamentos, serviço de frete, e outros serviços prestados por pessoa física e jurídica.

19.3 Gerais e Administrativos:

	2020	2019
Consumo	100.721,90	1.496.009,20
Ocupação	0,00	6.591,40
Utilidades e Serviços (i)	2.506.202,73	3.425.749,18
Viagens e Estádias	19.301,76	112.395,45
Outros Despesas	72.382,56	7.817,26
	2.698.608,95	5.048.562,49

(i) São gastos com energia elétrica, telefonia, água, correios e seguro predial.

19.4 Despesas Tributárias:

	2020	2019
INSS Sobre Autônomos e Cooperativas	486,00	974,83
IOF	14.918,28	36.332,86
IRRF Sobre Aplicações Financeiras	13.815,43	12.497,42
Outros Impostos e Taxas	9.181,99	0,00
	38.401,70	49.805,11

20. Resultado Financeiro atividade de saúde:

	2020	2019
Receitas Financeiras	79.071,37	86.796,05
Despesas Financeiras	(27.534,49)	(15.148,32)
	51.536,88	71.647,73

21. Eventos subsequentes: Até a data de apresentação não houve identificação de eventos que pudessem ser objeto de nota. Era o que tínhamos a relatar e esclarecer, em adendo às Demonstrações Financeiras ora encerradas e apresentadas.

São José dos Campos/SP, 29 de março de 2021

André Mansur de Carvalho Gunaes Gomes
Diretor presidente
CPF nº 195.644.575-72

Juracy Magalhães Neto
Superintendente Financeiro
CPF nº 198.323.545-87

Raphael Lindenbach de Moraes
Contador
CRC 1SP 261037

Relatório - Contratado x Realizado

183 - Internações	1º Semestre			2º Semestre			570 - atendimentos em Especialidades Médicas - Interconsultas e Subsequentes			1º Semestre			2º Semestre		
	Cont.	Real.	%	Cont.	Real.	%	Cont.	Real.	%	Cont.	Real.	%	Cont.	Real.	%
Clinica Médica	948	806	-14,98	948	1.157	22,05	Interconsultas	6.786	3.865	-43,04	6.786	4.759	-29,87		
Pediatria	60	96	60,00	90	77	-14,44	Consultas Subseqüentes	13.572	8.729	-35,68	13.572	10.325	-23,92		
Total	1.008	902	-10,52	1.038	1.234	18,88	Total	20.358	12.594	-38,14	20.358	15.084	-25,91		

568 - Saidas Hospitalares em Clínica Cirúrgica	1º Semestre			2º Semestre			526 - Consultas Não Médicas			1º Semestre			2º Semestre		
	Cont.	Real.	%	Cont.	Real.	%	Cont.	Real.	%	Cont.	Real.	%	Cont.	Real.	%
Eletivas	1.584	869	-45,14	1.584	1.144	-27,78	Interconsultas	4.038	3.478	-13,87	4.038	4.107	1,71		
Urgências	708	948	33,90	708	851	20,20	Consultas Subseqüentes	1.500	721	-51,93	1.500	874	-41,73		
Total	2.292	1.817	-20,72	2.292	1.995	-12,96	Procedimentos Terapêuticos (sessões)	13.200	7.135	-45,95	13.200	10.094	-23,53		
							Total	18.738	11.334	-39,51	18.738	15.075	-19,55		

322 - Hospital - Dia Cirúrgico/Cirurgias Ambulatoriais	1º Semestre			2º Semestre			598 - Consultas Não Médicas (COM TELEMEDICINA)			1º Semestre			2º Semestre		
	Cont.	Real.	%	Cont.	Real.	%	Cont.	Real.	%	Cont.	Real.	%	Cont.	Real.	%
Cirurgia Hospital - Dia	1.776	959	-46,00	1.776	1.102	-37,95	Interconsultas	4.038	3.478	-13,87	4.038	4.107	1,71		
							Consultas Subseqüentes	1.500	721	-51,93	1.500	874	-41,73		
							Procedimentos Terapêuticos (sessões)	13.200	7.135	-45,95	13.200	10.094	-23,53		
							Total	18.738	11.334	-39,51	18.738	15.075	-19,55		

185 - Urgência / Emergência	1º Semestre			2º Semestre			275 - SADT Externo			1º Semestre			2º Semestre		
	Cont.	Real.	%	Cont.	Real.	%	Cont.	Real.	%	Cont.	Real.	%			



Instituto Sócrates Guañaes

INSTITUTO SÓCRATES GUAÑAES

CNPJ: nº 03.969.808/0001-70
Alameda Salvador, 1.057 - Condomínio Salvador Shopping Business - Torre América
Sala 712 - Caminho das Árvores - CEP 41820-790 - Salvador/BA

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em reais)											
Ativo	Nota	2020		2019		Passivo	Nota	2020		2019	
		Matriz	Consolidado	Matriz	Consolidado			Matriz	Consolidado	Matriz	Consolidado
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	34.753,32	51.264.874,16	23.098,84	43.802.142,44	Fornecedores	10	402.184,21	51.221.496,45	320.187,97	71.717.757,14
Contratos de gestão e convênios	5	-	184.314.945,65	-	196.744.990,60	Salários e encargos sociais	11	1.473.374,03	86.749.230,81	1.465.373,43	81.513.809,96
Contas a receber	2.488.537,29	2.650.116,72	2.077.874,32	2.244.177,09	Obrigações tributárias	12 (a)	2.991.272,25	63.718.942,30	1.987.909,49	58.568.572,66	
Estoque	6	-	14.960.513,82	-	8.296.027,66	Subvenções e assistências a realizar	13	92.040,23	15.996.650,92	92.040,23	9.811.179,45
Impostos e contribuições a recuperar	142.099,47	277.858,67	2.832.873,84	2.968.437,20	Outras contas a pagar	14	13.117,29	16.039.494,80	177.294,44	16.098.927,38	
Adiantamentos a terceiros	86.448,80	444.602,51	4.148,94	555.970,46	Total do passivo circulante		4.971.988,91	233.963.755,78	4.042.805,56	237.710.246,59	
Adiantamentos a funcionários	616.843,74	1.431.940,54	560.298,02	1.227.227,48	Não Circulante						
Outros ativos	23.968,60	36.481,18	806.537,58	806.537,58	Fornecedores - LP	10	-	304.266,72	-	637.466,76	
Total do ativo circulante		3.392.651,22	256.176.033,77	5.534.775,14	256.645.510,51	Contingências	15	525.894,73	8.898.161,59	993.780,02	1.444.940,70
Depósitos em caução	37.736,51	37.820,51	21.902,51	21.986,51	Partes relacionadas	7 (b)	679.196,69	83.250.206,32	796.672,44	63.582.167,02	
Depósitos judiciais	3.087.837,90	4.432.984,36	3.223.611,22	4.353.668,25	Obrigações tributárias	12 (b)	377.871,92	15.620.118,70	460.302,49	16.711.663,45	
Partes relacionadas	7 (a)	2.275.837,78	83.250.206,32	2.472.997,69	Total do passivo não circulante		1.582.963,34	108.072.753,33	2.250.754,95	82.376.237,93	
Imobilizado	8	235.903,14	235.903,14	248.046,04	Patrimônio líquido						
Total do ativo não circulante		5.636.600,33	87.956.914,33	5.965.557,46	Superávit acumulado		2.474.299,30	2.096.438,99	5.207.772,09	4.764.893,81	
Total do ativo		9.029.251,55	344.132.948,10	11.501.332,60	Total do patrimônio líquido		2.474.299,30	2.096.438,99	5.207.772,09	4.764.893,81	
Ativo compensado	9	-	63.298.413,05	-	Total do passivo e patrimônio líquido		9.029.251,55	344.132.948,10	11.501.332,60	324.851.378,33	
Total do ativo e do ativo compensado		9.029.251,55	407.431.361,15	11.501.332,60	Passivo compensado		9.029.251,55	63.298.413,05	11.501.332,60	280.603.616,37	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis - individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em reais)										
Fluxos de caixa das atividades sociais	Matriz	2020		2019		Matriz	2020		2019	
		Consolidado	Matriz	Consolidado	Consolidado		Matriz	Consolidado		
Supervit do exercício	(1.199.570,84)	(1.134.732,87)	(520.570,32)	(3.299.573,17)	Subvenções e assistências a realizar	-	6.185.417,47	-	3.019.215,29	
Ajustes de Exercícios Anteriores	(1.533.721,95)	(1.533.721,95)	2.772.010,95	2.368.433,33	Contingências	(467.885,29)	7.453.220,89	-	993.780,02	
Depreciação e amortização	12.142,90	12.142,90	22.958,60	22.958,60	Reservas técnicas	-	-	993.780,02	(181.114.374,72)	
Variações nos ativos e passivos					Convênios	-	-	993.780,02	(500.000,00)	
Contratos de gestão e convênios					Partes relacionadas a pagar	(117.475,75)	19.668.039,30	377.329,28	28.995.500,33	
Contas a receber	(410.662,97)	(405.939,63)	(546.218,97)	(712.521,74)	Caixa e equivalentes de caixa aplicados	(164.177,15)	-	168.407,60	490.935,76	
Estoque		(6.664.486,16)		(2.512.800,37)	Recursos de caixa	-	237.940,50	-	-	
Impostos e contribuições a recuperar	2.690.774,37	2.690.578,53	(2.739.054,39)	(1.290.010,48)	Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Adiantamentos a terceiros	(82.299,86)	111.367,95	560.298,02	(290.337,87)	Aquisições de imobilizado	-	-	(2.714,00)	(3.163,90)	
Adiantamentos a funcionários	(56.545,72)	(204.713,06)	(548.114,02)	(207.422,70)	Aquisições de intangível	-	-	(3.574,96)	(3.125,06)	
Depósitos em caução	(15.834,00)	(15.834,00)	-	21.066,00	Caixa e equivalentes de caixa aplicados nas atividades de investimentos					
Depósitos judiciais	136.484,32	(79.316,11)	(138.138,12)	(80.775,55)	Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	11.654,48	7.462.731,72	(25.183,42)	21.474.653,17	
Partes relacionadas a receber	197.163,91	(19.666,68)	(800.658,07)	(28.895.500,15)	Fluxos de caixa das atividades de operações					
Outros ativos	12.512,58	(24.644,12)	(33.601,99)	(189.312,50)	Fluxos de caixa das atividades de operações					
Fornecedores	81.996,24	(20.829.460,73)	(41.684,18)	2.284.395,53	Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	11.654,48	7.462.731,72	(31.472,38)	21.468.364,21	
Salário e encargos sociais	8.001,50	7.162.176,70	486.018,34	25.506.326,72	Fluxos de caixa das atividades de operações					
Obrigações tributárias	920.932,19	2.072.636,46	4.754.643,83	2.901.379,99	Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	23.098,84	43.802.142,44	54.571,22	22.333.778,23	
					Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	34.753,32	51.264.874,16	23.098,84	43.802.142,44	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis - individuais e consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Instituto Sócrates Guañaes - ISG é uma Associação Civil ("ISG" ou "Instituto"), de direito privado, sem fins lucrativos e econômicos, qualificada como Organização Social, fundada em 13 de julho de 2000, com sede e foro em Salvador, Estado da Bahia, e tem por objetivo a realização de atividades ligadas à promoção e participação ativa nas ações de ensino e pesquisa, promoção e desenvolvimento de tecnologia em gestão voltada para valorização da ética e princípios humanísticos vinculados à medicina e outras áreas da saúde. Especializada em gestão de serviços de saúde seja a pública ou privada, utilizando, visando, o uso de técnicas inovadoras de gestão e equipe altamente qualificada, vem transformando a realidade de atendimento à saúde por onde passa. Atualmente o ISG possui contratos de gestão hospitalar vigentes nas seguintes unidades: -HDT - Hospital de Doenças Tropicais, situado em Goiânia, Estado de Goiás. -CEAP-SOL - Condomínio Solidária, situado em Goiânia, Estado de Goiás. -HEAL - Hospital Estadual Azevedo Lima, situado em Niterói, Estado do Rio de Janeiro. -HRJR - Hospital Regional Jorge Rossman, situado em Itanhaém, Estado de São Paulo. -HRSJC - Hospital Regional de São José dos Campos, situado em São José dos Campos, Estado de São Paulo. -AME-SJC - Ambulatório Médico de Especialidades "Edy Costa Mendes", situado em São José dos Campos, Estado de São Paulo. -HRR - Hospital Regional de Registro, situado em São Paulo, Estado de São Paulo. -HRLN - Hospital Regional Litoral Norte - AME-Parque de Especialidades, situado em Parícuti, Estado de Hidalgo. -HEC - Hospital Estadual de Saúde, situado em Parícuti, Estado de Hidalgo. O Instituto também atuou na gestão do HEC - Hospital Estadual Criança, em Salvador - Bahia e na gestão do HERR - Hospital Estadual Roberto Chabo, situado em Aruanema - Rio de Janeiro.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC: As demonstrações contábeis - individuais e consolidadas abrangem apenas as operações do Instituto Sócrates Guañaes, e foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), emitidas, principalmente, no que tange à interpretação Técnica ITG 2002 (R1), aplicáveis às Entidades sem finalidade de lucros, aprovada pela Resolução CFC 1.409/2011, na Norma Brasileira de Contabilidade TC 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais, aprovada pela Resolução CFC 1.305/2010, com exceção da reconhecida no item 3.2. A base de mensuração é o custo histórico, sendo que os ativos e passivos financeiros estão mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo, nos casos aplicáveis. 2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações contábeis - individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Instituto. 2.3. Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações contábeis - individuais e consolidadas de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e pressupostos são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis - individuais e consolidadas. 3.1. Instrumentos financeiros: (a) Ativos financeiros não derivativos: O Instituto tem como ativos financeiros não derivativos caixa e equivalentes de caixa e contas a receber provenientes dos contratos de gestão que são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Caixa e equivalentes de caixa estão representados por saldos de bancos e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com prazos de vencimentos inferiores a 90 dias, de natureza líquida e sem risco de crédito. O valor de recebíveis de contratos de gestão, refere-se a valores já aplicados às atividades sociais do Instituto (custos e/ou despesas - regime de competência), para os quais ainda não houve a contrapartida da subvenção, que devem ser realizadas nos primeiros meses de 2020, conforme previsto nos respectivos contratos de gestão. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis. (b) Passivos financeiros não derivativos: Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os passivos financeiros não reconhecidos pelo Instituto estavam representados por empréstimos e outros contratos de gestão. São considerados passivos financeiros não reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os passivos financeiros não reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os passivos financeiros não reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os passivos financeiros não reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os passivos financeiros não reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os passivos financeiros não reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os passivos financeiros não reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os passivos financeiros não reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os passivos financeiros não reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os passivos financeiros não reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os passivos financeiros não reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os passivos financeiros não reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os passivos financeiros não reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os passivos financeiros não reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os passivos financeiros não reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os passivos financeiros não reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os passivos financeiros não reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os passivos financeiros não reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os passivos financeiros não reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os passivos financeiros não reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os passivos financeiros não reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os passivos financeiros não reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os passivos financeiros não reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os passivos financeiros não reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os passivos financeiros não reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os passivos financeiros não reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os passivos financeiros não reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os passivos financeiros não reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os passivos financeiros não reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os passivos financeiros não reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os passivos financeiros não reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os passivos financeiros não reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os passivos financeiros não reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os passivos financeiros não reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os passivos financeiros não reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os passivos financeiros não reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os passivos financeiros não reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os passivos financeiros não reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os passivos financeiros não reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os passivos financeiros não reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os passivos financeiros não reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os passivos financeiros não reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os passivos financeiros não reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os passivos financeiros não reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os passivos financeiros não reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os passivos financeiros não reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os passivos financeiros não reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os passivos financeiros não reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os passivos financeiros não reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os passivos financeiros não reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os passivos financeiros não reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os passivos financeiros não reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os passivos financeiros não reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os passivos financeiros não reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os passivos financeiros não reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os passivos financeiros não reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os passivos financeiros não reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os passivos financeiros não reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os